

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

**Notas Explicativas referente ao terceiro trimestre de 2021 das Demonstrações Contábeis do Ministério da Cidadania**

**Órgão 55000**

Brasília-DF

Outubro / 2021

**Índice**

I. Contexto Operacional .........................................................................................................4 a 7

II. Demonstrações Contábeis................................................................................................8 a 16

III. Notas Explicativas...........................................................................................................17 a 46

Balanço Patrimonial.......................................................................................................21 a 36

Balanço Financeiro.........................................................................................................36 a 38

Balanço Orçamentário...................................................................................................38 a 41

Demonstração das Variações Patrimoniais....................................................................41 a 45

Demonstração dos Fluxos de Caixa................................................................................45 a 46

**MINISTRO DA CIDADANIA**

João Roma

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Luiz Antônio Galvão

**SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA**

Sandra Yoko Sato

**COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS**

Ayrton Galiciani Martinello

**COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS SUBSTITUTO**

Vanair Alves de Oliveira

**COORDENADORA DE CONTABILIDADE**

Carolina Nascimento Cavalcante

**Informações SETORIAL CONTÁBIL MC:**

Fone: (61) 2030-1292 / 2030-1311

Correio Eletrônico: cgcc@cidadania.gov.br

**I – Contexto Operacional**

A Medida Provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019, posteriormente transformada na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, criou o Ministério da Cidadania abarcando como principais atuações políticas as advindas dos extintos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e do Esporte. Segue abaixo breve resumo do histórico ocorrido desde a criação do Ministério:

1. Em 30 de junho de 2019 a Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO foi extinta por força do artigo 12 da Lei nº 13.474 de 23 de agosto de 2017 e em 04 de dezembro de 2019 foi instituído o Escritório de Governança do Legado Olímpico – EGLO por meio do Decreto nº 10.154 com atuação temporária até 30 de junho de 2020 no âmbito da Secretaria Especial do Esporte. Em 30 de junho de 2020, com o Decreto nº 10.408, esse prazo foi prorrogado até 15/01/2021 passível de nova prorrogação até 15/06/2021.
2. Em 07 de novembro de 2019, por meio do Decreto nº 10.108 os órgãos vinculados ao extinto Ministério da Cultura foram transferidos para o Ministério do Turismo. Seguem abaixo os órgãos em questão:
   * Agência Nacional do Cinema - ANCINE;
   * Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
   * Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM;
   * Fundação Biblioteca Nacional - FBN;
   * Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB;
   * Fundação Cultural Palmares - FCP; e
   * Fundação Nacional de Artes – FUNARTE.
3. A partir de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decretou pandemia devido ao coronavírus (COVID – 19). Com isso o Ministério da Cidadania foi fortemente impactado, haja vista que as políticas de assistência social fazem parte de suas competências. Desta forma foi editada a Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, criando o auxílio emergencial destinado a auxiliar os microempreendedores, contribuintes individuais, trabalhadores informais e trabalhadores de baixa renda que tiveram suas fontes de renda severamente prejudicadas em virtude da pandemia. Para tanto foi criada a Unidade Gestora 550027 sob a gestão da Secretaria Executiva do Ministério para realizar os pagamentos dos auxílios emergenciais.
4. A MP nº 1.000, de 2020 instituiu o Auxílio Emergencial Residual.
5. Em 20 de maio de 2020 foram emitidos os Decretos nº 10.357 e nº 10.359, sendo que o primeiro trouxe nova estrutura regimental do Ministério da Cidadania enquanto o segundo a nova estrutura regimental do Ministério do Turismo incluindo a transferência da Secretaria Especial de Cultura.
6. A Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.661, de 26 de março de 2021, instituiu o Auxílio Emergencial 2021 com pagamentos previstos de serem realizados em 4 parcelas entre o período de 06/04 e 22/08/2021.
7. O Decreto nº 10.740, de 05 de julho de 2021, prorrogou por pelo período complementar de 3 meses o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.
8. A Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021, instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil em substituição ao Programa Bolsa Família, que será revogado após aprovação da medida. A referida medida provisória ainda não impactou os demonstrativos contábeis pois a expectativa de desembolso é a partir de novembro de 2021.

Apesar das transferências supracitadas nos itens “b” e “e” terem ocorrido no campo legal, estas só foram efetivadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI no mês de junho de 2020.

Desta forma, o Ministério da Cidadania passou a ter atuação nas seguintes políticas:

* Política nacional de desenvolvimento social;
* Política nacional de segurança alimentar e nutricional;
* Política nacional de assistência social;
* Política nacional de renda de cidadania;
* Políticas sobre drogas, quanto a:

a) educação, informação e capacitação para a ação efetiva com vistas à redução do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas;

b) realização de campanhas de prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas;

c) implantação e implementação de rede integrada para pessoas com transtornos decorrentes do consumo de substâncias psicoativas;

d) avaliação e acompanhamento de tratamentos e iniciativas terapêuticas;

e) redução das consequências sociais e de saúde decorrente do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas; e

f) manutenção e atualização do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas;

* Articulação, coordenação, supervisão, integração e proposição das ações do governo e do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) quanto aos aspectos relacionados ao tratamento, à recuperação e à reinserção social de usuários e dependentes, bem como ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas;
* Atuação em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos, sem prejuízo das atribuições dos órgãos integrantes do Sisnad;
* Articulação entre os governos federal, estaduais, distrital e municipais e a sociedade no estabelecimento de diretrizes e na execução de ações e programas nas áreas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
* Orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
* Normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
* Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social;
* Coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda;
* Aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (Sesi), do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Social do Transporte (Sest);
* Política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;
* Intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, destinados à promoção do esporte;
* Estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;
* Planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e de inclusão social por intermédio do esporte; e
* Cooperativismo e associativismo urbanos.

O Decreto nº 10.357, aprovou a seguinte estrutura regimental para o Ministério da Cidadania:

I - Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Cidadania:

a) Gabinete;

b) Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos;

c) Assessoria Especial de Controle Interno;

d) Consultoria Jurídica; e

e) Secretaria-Executiva:

1. Diretoria de Comunicação Social;

2. Diretoria de Assuntos Internacionais;

3. Diretoria Parlamentar e Federativa;

4. Corregedoria;

5. Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

6. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança;

7. Subsecretaria de Tecnologia da Informação;

8. Ouvidoria Geral;

9. Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências:

9.1. Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social; e

9.2. Diretoria de Transferências do Esporte e do Desenvolvimento Social;

10. Secretaria de Articulação e Parcerias: Diretoria de Relacionamento e Parcerias;

11. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação:

11.1. Departamento de Avaliação;

11.2. Departamento de Monitoramento;

11.3. Departamento de Gestão da Informação; e

11.4. Departamento de Formação e Disseminação; e

12. Secretaria Nacional do Cadastro Único: Departamento do Cadastro Único;

II - Órgãos específicos singulares:

a) Secretaria Especial do Desenvolvimento Social:

1. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania:

1.1. Departamento de Operação;

1.2. Departamento de Benefícios; e

1.3. Departamento de Condicionalidades;

2. Secretaria Nacional de Assistência Social:

2.1. Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social;

2.2. Departamento de Benefícios Assistenciais;

2.3. Departamento de Proteção Social Básica;

2.4. Departamento de Proteção Social Especial; e

2.5. Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social;

3. Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva:

3.1. Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural;

3.2. Departamento de Compras Públicas para a Inclusão Social e Produtiva Rural;

3.3. Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos; e

3.4. Departamento de Inclusão Produtiva Urbana;

4. Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância: Departamento de Atenção à Primeira Infância; e

5. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas:

5.1. Departamento de Articulação e Projetos Estratégicos;

5.2. Departamento de Prevenção, Cuidados e Reinserção Social; e

5.3. Departamento de Planejamento e Avaliação; e

b) Secretaria Especial do Esporte:

1. Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte;

2. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social: Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;

3. Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento:

3.1. Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento; e

3.2. Departamento de Infraestrutura de Esporte;

4. Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor:

4.1. Departamento de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; e

4.2. Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT;

5. Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem:

5.1. Diretoria-Executiva; e

5.2. Diretoria Técnica; e

6. Secretaria Nacional de Paradesporto: Departamento de Paradesporto; e

III - órgãos colegiados:

a) Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

b) Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;

c) Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família;

d) Conselho Nacional do Esporte - CNE; e

e) Conselho Nacional de Economia Solidária.

Isto posto, fica explanado o contexto operacional norteador da análise dos demonstrativos contábeis do terceiro trimestre de 2021.

**II – Demonstrações Contábeis**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ATIVO** | | | | **PASSIVO** | | | |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2021** | **2020** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2021** | **2020** |
| **ATIVO CIRCULANTE** |  | **55.227.766.769,48** | **126.027.505.377,15** | **PASSIVO CIRCULANTE** |  | **5.142.663.311,29** | **5.014.250.611,00** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | **5** | **3.861.787.030,40** | **4.434.936.071,01** | **Obrigações de Repartição a Outros Entes** |  | **892.692.417,08** | **700.530.515,27** |
| **Créditos a Curto Prazo** | **6** | **51.364.773.247,89** | **121.590.497.896,14** | **Provisões a Curto Prazo** | **12** | **3.756.091.213,88** | **3.409.035.156,74** |
| Demais Créditos e Valores |  | 51.364.773.247,89 | 121.590.497.896,14 | **Demais Obrigações a Curto Prazo** |  | **204.433.743,13** | **650.291.304,46** |
| **Estoques** | **7** | **1.206.491,19** | **2.071.410,00** | **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** |  | **18.124.353,43** | **63.407.834,40** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** |  | **699.361.665,27** | **1.353.301.362,42** | **Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo** | **11** | **18.005.915,18** | **63.289.396,15** |
| **Ativo Realizável a Longo Prazo** |  | **313.379.805,00** | **645.427.818,84** | **Provisões a Longo Prazo** | **12** | **118.438,25** | **118.438,25** |
| Créditos a Longo Prazo | 6 | 313.379.805,00 | 645.427.818,84 | **TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL** |  | **5.160.787.664,72** | **5.077.658.445,40** |
| Demais Créditos e Valores |  | 315.429.587,61 | 645.427.818,84 | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | |
| (-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo |  | -2.049.782,61 |  | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2021** | **2020** |
| **Investimentos** | **8** | **-** | **132.275.040,75** | **Resultados Acumulados** | **13** | **50.766.340.770,03** | **122.303.148.294,17** |
| Participações Permanentes |  | - | 132.275.040,75 | Resultado do Exercício |  | -71.388.256.652,65 | 64.223.651.986,45 |
| Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial |  |  | 132.275.040,75 | Resultados de Exercícios Anteriores |  | 122.303.148.294,17 | 57.999.176.418,98 |
| **Imobilizado** | **9** | **339.201.870,89** | **495.646.018,12** | Ajustes de Exercícios Anteriores |  | -148.550.871,49 | 80.319.888,74 |
| Bens Móveis |  | 189.574.669,34 | 170.703.824,66 |  |  |  |  |
| Bens Móveis |  | 262.526.964,06 | 236.886.735,09 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis |  | -72.952.294,72 | -66.182.910,43 |
| Bens Imóveis |  | 149.627.201,55 | 324.942.193,46 |
| Bens Imóveis |  | 150.286.569,35 | 325.585.283,62 |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis |  | -659.367,80 | -643.090,16 |
| **Intangível** | **10** | **46.779.989,38** | **79.952.484,71** |
| Softwares |  | 46.779.989,38 | 79.938.430,72 |
| Softwares |  | 46.779.989,38 | 79.938.430,72 |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais |  | - | 14.053,99 |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais |  | - | 14.053,99 | **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |  | **50.766.340.770,03** | **122.303.148.294,17** |
| **TOTAL DO ATIVO** |  | **55.927.128.434,75** | **127.380.806.739,57** | **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |  | **55.927.128.434,75** | **127.380.806.739,57** |

**FONTE: SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**   |  |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | **ATIVO** | | | | PASSIVO | | | | | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2021** | **2020** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2021** | **2020** | | **ATIVO FINANCEIRO** |  | **3.861.787.030,40** | **4.434.936.071,01** | **PASSIVO FINANCEIRO** |  | **16.983.824.084,17** | **5.365.700.272,57** | | **ATIVO PERMANENTE** |  | **52.065.341.404,35** | **122.945.870.668,56** | **PASSIVO PERMANENTE** |  | **4.834.473.437,65** | **4.508.935.528,83** | |  | | | | **SALDO PATRIMONIAL** |  | **34.108.830.912,93** | **117.506.170.938,17** |   **Fonte: SIAFI**  **QUADRO DE COMPENSAÇÕES**   |  |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | **ATIVO** | | | | **PASSIVO** | | | | | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2021** | **2020** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2021** | **2020** | | **ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos** | **ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos** | | **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS** |  | **149.790.368,38** | **141.173.735,41** | **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** |  | **20.878.415.451,38** | **71.755.248.688,56** | | Atos Potenciais Ativos |  | 149.790.368,38 | 141.173.735,41 | Atos Potenciais Passivos |  | 20.878.415.451,38 | 71.755.248.688,56 | | Garantias e Contragarantias Recebidas |  | 54.948.412,47 | 45.496.929,52 | Garantias e Contragarantias Concedidas |  | - | - | | Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres |  | 93.753.243,76 | 94.588.093,74 | Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres |  | 19.658.438.782,39 | 70.245.596.051,36 | | Direitos Contratuais |  | 1.088.712,15 | 1.088.712,15 | Obrigações Contratuais |  | 1.219.976.668,99 | 1.509.652.637,20 | | **TOTAL** |  | **149.790.368,38** | **141.173.735,41** | **TOTAL** |  | **20.878.415.451,38** | **71.755.248.688,56** |   **Fonte: SIAFI**  **DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**   |  |  |  | | --- | --- | --- | | **DESTINAÇÃO DE RECURSOS** | **SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO** | **NE** | | **Recursos Ordinários** | **-1.824.221.224,61** |  | | **Recursos Vinculados** | **-11.297.815.829,16** |  | | Seguridade Social (Exceto Previdência) | -9.530.312.225,39 |  | | Previdência Social (RPPS) | - |  | | Dívida Pública | -1.529.971.602,16 |  | | Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | -237.532.001,61 |  | | **TOTAL** | **-13.122.037.053,77** |  |   **Fonte: SIAFI** |

**BALANÇO FINANCEIRO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **INGRESSOS** | | | | **DISPÊNDIOS** | | | |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2021** | **2020** | **ESPECIFICAÇÃO** | **NE** | **2021** | **2020** |
| **Receitas Orçamentárias** | **14** | **1.563.293.479,95** | **480.070.018,05** | **Despesas Orçamentárias** | **15** | **82.230.686.775,50** | **308.240.948.750,42** |
| **Ordinárias** |  | **1.181.389.843,58** | **-** | **Ordinárias** |  | **1.472.678.191,44** | **128.873.637.620,46** |
| **Vinculadas** |  | **383.405.862,17** | **484.338.178,59** | **Vinculadas** |  | **80.758.008.584,06** | **179.367.311.129,96** |
| Seguridade Social (Exceto Previdência) |  | 13.849.426,04 | 28.966.265,98 | Seguridade Social (Exceto Previdência) |  | 37.846.703.960,23 | 24.186.681.895,28 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |  | 369.556.436,13 | 455.371.912,61 | Previdência Social (RPPS) |  | - | 21.277.691,00 |
| **(-) Deduções da Receita Orçamentária** |  | **-1.502.225,80** | **-4.268.160,54** | Dívida Pública |  | 42.793.160.416,05 | 154.990.492.582,68 |
| **Transferências Financeiras Recebidas** | **14** | **245.562.469.150,45** | **604.588.946.753,51** | Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas |  | 118.144.207,78 | 168.858.961,00 |
| Resultantes da Execução Orçamentária |  | 241.993.242.812,60 | 601.313.791.109,94 | **Transferências Financeiras Concedidas** | **15** | **181.335.195.158,36** | **349.831.568.293,53** |
| Cota Recebida |  | 121.918.079.935,43 | 300.304.517.395,07 | Resultantes da Execução Orçamentária |  | 173.102.207.342,41 | 347.689.137.101,47 |
| Repasse Recebido |  | 51.145.002.540,76 | 50.422.339.754,33 | Repasse Concedido |  | 100.606.850.091,59 | 97.026.528.350,86 |
| Sub-repasse Recebido |  | 68.924.747.874,53 | 250.586.529.733,68 | Sub-repasse Concedido |  | 68.924.747.874,53 | 250.586.529.733,68 |
| Repasse Devolvido |  |  | 67.384,89 | Cota Devolvida |  | 3.565.196.914,41 | 75.742.174,96 |
| Sub-repasse Devolvido |  | 5.412.461,88 | 336.841,97 | Sub-repasse Devolvido |  | 5.412.461,88 | 336.841,97 |
| Independentes da Execução Orçamentária |  | 3.569.226.337,85 | 3.275.155.643,57 | Independentes da Execução Orçamentária |  | 8.232.987.815,95 | 2.142.431.192,06 |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP |  | 3.539.038.586,43 | 3.085.841.257,83 | Transferências Concedidas para Pagamento de RP |  | 2.779.094.604,27 | 1.965.078.924,11 |
| Demais Transferências Recebidas |  | 6.281.494,65 | 155.649.496,35 | Demais Transferências Concedidas |  | 2.315.400,69 | 2.740.551,98 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais |  | 23.906.256,77 | 33.664.889,39 | Movimento de Saldos Patrimoniais |  | 5.451.577.810,99 | 170.463.132,63 |
| **Recebimentos Extraorçamentários** | **14** | **17.561.651.475,75** | **55.938.188.349,55** | Movimentações para Incorporação de Saldos |  |  | 4.148.583,34 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados |  | 9.998.441,74 | 59.359.324,23 | **Pagamentos Extraorçamentários** | **15** | **1.694.681.212,90** | **1.425.120.689,00** |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados |  | 13.539.139.835,19 | 55.737.359.523,59 | Pagamento dos Restos a Pagar Processados |  | 84.639.809,90 | 252.929.926,68 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados |  | 120.516.784,89 | 134.164.314,30 | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados |  | 1.602.539.822,59 | 955.005.330,22 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários |  | 3.891.996.413,93 | 7.305.187,43 | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados |  | 7.291.435,57 | 8.910.262,04 |
| Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento |  |  | 100,00 | Outros Pagamentos Extraorçamentários |  | 210.144,84 | 208.275.170,06 |
| Restituições a Pagar |  | 1.800,00 |  | Transferência de Arrecadação para Outra Unidade |  |  | 208.275.170,06 |
| Arrecadação de Outra Unidade |  | 3.891.994.613,93 |  | Demais Pagamentos |  | 210.144,84 |  |
| Valores para Compensação |  |  | 2.988,87 |  |  |  |  |
| Demais Recebimentos |  |  | 7.302.098,56 |
| **Saldo do Exercício Anterior** | **14** | **4.434.936.071,01** | **439.860.484,85** | **Saldo para o Exercício Seguinte** | **15** | **3.861.787.030,40** | **1.949.427.873,01** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa |  | 4.434.936.071,01 | 439.860.484,85 | Caixa e Equivalentes de Caixa |  | 3.861.787.030,40 | 1.949.427.873,01 |
| **TOTAL** |  | **269.122.350.177,16** | **661.447.065.605,96** | **TOTAL** |  | **269.122.350.177,16** | **661.447.065.605,96** |

**Fonte: SIAFI**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RECEITA** | | | | | |
| **RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **PREVISÃO INICIAL** | **PREVISÃO ATUALIZADA** | **RECEITAS REALIZADAS** | **SALDO** |
| **RECEITAS CORRENTES** | **17** | **540.327.216,00** | **540.327.216,00** | **1.563.293.479,95** | **1.022.966.263,95** |
| **Receitas de Contribuições** |  | **-** | **-** | **2.747,95** | **2.747,95** |
| Contribuições Sociais |  | - | - | 2.747,95 | 2.747,95 |
| **Receita Patrimonial** |  | **432.735.358,00** | **432.735.358,00** | **434.522.694,21** | **1.787.336,21** |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado |  | 9.154,00 | 9.154,00 | 2.579,60 | -6.574,40 |
| Valores Mobiliários |  | 56.787.446,00 | 56.787.446,00 | 94.824.136,00 | 38.036.690,00 |
| Demais Receitas Patrimoniais |  | 375.938.758,00 | 375.938.758,00 | 339.695.978,61 | -36.242.779,39 |
| **Transferências Correntes** |  | **13.886,00** | **13.886,00** | **17.597,14** | **3.711,14** |
| **Outras Receitas Correntes** |  | **107.577.972,00** | **107.577.972,00** | **1.128.750.440,65** | **1.021.172.468,65** |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos |  | - | - | 1.128.750.440,65 | 1.128.750.440,65 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público |  | 107.577.972,00 | 107.577.972,00 | - | -107.577.972,00 |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **17** | **1.066.489.855,00** | **1.066.489.855,00** | **-** | **-1.066.489.855,00** |
| **Operações de Crédito** |  | **1.066.489.855,00** | **1.066.489.855,00** | **-** | **-1.066.489.855,00** |
| Operações de Crédito Internas |  | 1.066.489.855,00 | 1.066.489.855,00 | - | -1.066.489.855,00 |
| **SUBTOTAL DE RECEITAS** |  | **1.606.817.071,00** | **1.606.817.071,00** | **1.563.293.479,95** | **-43.523.591,05** |
| **REFINANCIAMENTO** |  | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **Operações de Crédito Internas** |  | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **Operações de Crédito Externas** |  | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** |  | **1.606.817.071,00** | **1.606.817.071,00** | **1.563.293.479,95** | **-43.523.591,05** |
| **DEFICIT** | **19** |  |  | **80.667.393.295,55** | **80.667.393.295,55** |
| **TOTAL** |  | **1.606.817.071,00** | **1.606.817.071,00** | **82.230.686.775,50** | **80.623.869.704,50** |
| **CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO** |  | **-** | **598.819.060,00** | **598.819.060,00** | **-** |
| **CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO** |  | **-** | **63.815.385.799,00** | **63.815.385.799,00** | **-** |

**Fonte: SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESPESA** | | | | | | | |
| **DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **DOTAÇÃO INICIAL** | **DOTAÇÃO ATUALIZADA** | **DESPESAS EMPENHADAS** | **DESPESAS LIQUIDADAS** | **DESPESAS PAGAS** | **SALDO DA DOTAÇÃO** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **18** | **104.932.783.498,00** | **169.277.606.986,00** | **81.896.804.589,67** | **68.685.612.331,65** | **68.675.613.889,91** | **87.380.802.396,33** |
| **Pessoal e Encargos Sociais** |  | **237.767.268,00** | **223.403.540,00** | **150.129.932,86** | **103.171.812,74** | **95.874.877,96** | **73.273.607,14** |
| **Outras Despesas Correntes** |  | **104.695.016.230,00** | **169.054.203.446,00** | **81.746.674.656,81** | **68.582.440.518,91** | **68.579.739.011,95** | **87.307.528.789,19** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **18** | **842.350.863,00** | **852.979.862,00** | **333.882.185,83** | **5.934.608,66** | **5.934.608,66** | **519.097.676,17** |
| **Investimentos** |  | **842.350.863,00** | **852.979.862,00** | **333.882.185,83** | **5.934.608,66** | **5.934.608,66** | **519.097.676,17** |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** |  | **83.727.416,00** | **83.727.416,00** | **-** | **-** | **-** | **83.727.416,00** |
| **SUBTOTAL DAS DESPESAS** |  | **105.858.861.777,00** | **170.214.314.264,00** | **82.230.686.775,50** | **68.691.546.940,31** | **68.681.548.498,57** | **87.983.627.488,50** |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO** |  | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** |  | **105.858.861.777,00** | **170.214.314.264,00** | **82.230.686.775,50** | **68.691.546.940,31** | **68.681.548.498,57** | **87.983.627.488,50** |
| **TOTAL** |  | **105.858.861.777,00** | **170.214.314.264,00** | **82.230.686.775,50** | **68.691.546.940,31** | **68.681.548.498,57** | **87.983.627.488,50** |

**Fonte SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | | |
| **DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR** | **LIQUIDADOS** | **PAGOS** | **CANCELADOS** | **SALDO** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **20** | **313.712.526,14** | **3.048.084.282,63** | **1.370.967.396,31** | **1.367.791.263,91** | **32.559.593,02** | **1.961.445.951,84** |
| **Pessoal e Encargos Sociais** |  | **4.848.187,86** | **1.758.577,37** | **811.708,55** | **811.708,55** | **-** | **5.795.056,68** |
| **Outras Despesas Correntes** |  | **308.864.338,28** | **3.046.325.705,26** | **1.370.155.687,76** | **1.366.979.555,36** | **32.559.593,02** | **1.955.650.895,16** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **20** | **899.769.489,24** | **535.516.001,12** | **239.212.054,38** | **234.748.558,68** | **35.916.137,95** | **1.164.620.793,73** |
| **Investimentos** |  | **899.769.489,24** | **535.516.001,12** | **239.212.054,38** | **234.748.558,68** | **35.916.137,95** | **1.164.620.793,73** |
| **TOTAL** |  | **1.213.482.015,38** | **3.583.600.283,75** | **1.610.179.450,69** | **1.602.539.822,59** | **68.475.730,97** | **3.126.066.745,57** |

**Fonte: SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS** | | | | | | |
| **DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS** | **NE** | **INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR** | **PAGOS** | **CANCELADOS** | **SALDO** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **20** | **6.229.928,36** | **23.909.366,55** | **23.407.232,82** | **150.235,63** | **6.581.826,46** |
| **Pessoal e Encargos Sociais** |  | **130.112,73** | **8.609.201,02** | **8.609.201,02** | **-** | **130.112,73** |
| **Outras Despesas Correntes** |  | **6.099.815,63** | **15.300.165,53** | **14.798.031,80** | **150.235,63** | **6.451.713,73** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **20** | **505.270.995,17** | **32.112.817,85** | **61.232.577,08** | **288.414.353,18** | **187.736.882,76** |
| **Investimentos** |  | **505.270.995,17** | **32.112.817,85** | **61.232.577,08** | **288.414.353,18** | **187.736.882,76** |
| **TOTAL** |  | **511.500.923,53** | **56.022.184,40** | **84.639.809,90** | **288.564.588,81** | **194.318.709,22** |

**Fonte: SIAFI**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS** | | | |
|  | **NE** | **2021** | **2020** |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | **22** | **303.333.818.235,54** | **653.713.240.253,45** |
| **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** |  | **2.579,60** | **18.151,30** |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços |  | 2.579,60 | 18.151,30 |
| **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** |  | **92.321.366,64** | **304.504.240,20** |
| Juros e Encargos de Mora |  | 2.956.911,06 | 173.553.491,16 |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras |  | 89.300.814,89 | 130.904.644,62 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras |  | 63.640,69 | 46.104,42 |
| **Transferências e Delegações Recebidas** |  | **245.893.556.586,96** | **604.983.962.230,35** |
| Transferências Intragovernamentais |  | 245.893.538.989,82 | 604.983.184.488,08 |
| Transferências do Exterior |  | - | 89.510,40 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas |  | 17.597,14 | 688.231,87 |
| **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** |  | **51.782.739.452,67** | **47.921.045.797,62** |
| Ganhos com Incorporação de Ativos |  | 50.270.467.859,79 | 46.889.682.276,72 |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos |  | 1.512.271.592,88 | 1.031.363.520,90 |
| **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** |  | **5.565.198.249,67** | **503.709.833,98** |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas |  | 139.538.772,00 | 20.636.955,81 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas |  | 5.425.659.477,67 | 483.072.878,17 |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | **23** | **374.722.074.888,19** | **604.937.786.126,91** |
| **Pessoal e Encargos** |  | **185.287.100,63** | **228.110.235,21** |
| Remuneração a Pessoal |  | 86.979.555,01 | 113.495.645,58 |
| Encargos Patronais |  | 13.598.866,31 | 17.505.289,68 |
| Benefícios a Pessoal |  | 6.465.195,47 | 9.861.601,07 |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos |  | 78.243.483,84 | 87.247.698,88 |
| **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** |  | **67.356.494.884,34** | **247.563.232.767,52** |
| Aposentadorias e Reformas |  | 91.600.968,93 | 76.199.441,07 |
| Pensões |  | 597.716,82 | 4.749.307,44 |
| Benefícios Eventuais |  | 52.139.834.394,52 | 236.681.538.742,06 |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda |  | 14.934.663.038,00 | 10.741.575.154,08 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais |  | 189.798.766,07 | 59.170.122,87 |
| **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** |  | **1.316.662.844,18** | **1.078.514.389,99** |
| Uso de Material de Consumo |  | 16.745.256,02 | 351.484,30 |
| Serviços |  | 1.292.798.661,00 | 1.070.824.891,78 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão |  | 7.118.927,16 | 7.338.013,91 |
| **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** |  | **38.607,33** | **8.516,51** |
| Juros e Encargos de Mora |  | 1.937,95 | 1.023,33 |
| Descontos Financeiros Concedidos |  | 36.669,38 | 7.493,18 |
| **Transferências e Delegações Concedidas** |  | **183.319.065.158,37** | **354.872.657.179,62** |
| Transferências Intragovernamentais |  | 181.666.286.421,36 | 350.190.348.496,67 |
| Transferências Intergovernamentais |  | 1.647.136.839,81 | 4.611.292.143,21 |
| Transferências ao Exterior |  | 2.688.290,93 | 1.636.955,53 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas |  | 2.953.606,27 | 69.379.584,21 |
| **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** |  | **121.149.712.219,11** | **630.141.680,80** |
| Perdas Involuntárias |  | 232.292,56 | - |
| Incorporação de Passivos |  | 364,42 | 25.670.143,41 |
| Desincorporação de Ativos |  | 121.149.479.562,13 | 604.471.537,39 |
| **Tributárias** |  | **201.304,59** | **248.013,48** |
| Contribuições |  | 201.304,59 | 248.013,48 |
| **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** |  | **1.394.612.769,64** | **564.873.343,78** |
| Premiações |  | - | 600.000,00 |
| Incentivos |  | 22.322,13 | 162.217,30 |
| Constituição de Provisões |  | 1.394.584.189,70 | 564.075.545,64 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas |  | 6.257,81 | 35.580,84 |
| **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO** | **21** | **-71.388.256.652,65** | **48.775.454.126,54** |

**Fonte: SIAFI**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **NE** | **2021** | **2020** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **24** | **-537.060.698,79** | **1.567.587.823,40** |
| **INGRESSOS** |  | **251.138.275.829,22** | **605.210.486.173,29** |
| **Receita de Contribuições** |  | **2.747,95** | **239,57** |
| **Receita Patrimonial** |  | **339.698.558,21** | **313.098.542,58** |
| **Remuneração das Disponibilidades** |  | **94.824.136,00** | **137.923.886,45** |
| **Outras Receitas Derivadas e Originárias** |  | **1.128.750.440,65** | **28.946.740,25** |
| **Transferências Recebidas** |  | **17.597,14** | **100.609,20** |
| Outras Transferências Recebidas |  | 17.597,14 | 100.609,20 |
| **Outros Ingressos Operacionais** |  | **249.574.982.349,27** | **604.730.416.155,24** |
| Ingressos Extraorçamentários |  | 120.516.784,89 | 134.164.314,30 |
| Restituições a Pagar |  | 1.800,00 |  |
| Transferências Financeiras Recebidas |  | 245.562.469.150,45 | 604.588.946.753,51 |
| Arrecadação de Outra Unidade |  | 3.891.994.613,93 |  |
| Valores para Compensação |  |  | 2.988,87 |
| Demais Recebimentos |  |  | 7.302.098,56 |
| **DESEMBOLSOS** |  | **-251.675.336.528,01** | **-603.642.898.349,89** |
| **Pessoal e Demais Despesas** |  | **-68.547.845.314,79** | **-248.681.632.981,05** |
| Administração |  | -254.574.258,51 | -323.267.954,41 |
| Assistência Social |  | -67.841.461.553,14 | -247.878.473.438,26 |
| Previdência Social |  | -4.945.560,28 | -25.438.621,89 |
| Cultura |  | - | -5.216.797,11 |
| Direitos da Cidadania |  | -87.534.515,05 | -100.467.814,26 |
| Agricultura |  | - | -622,41 |
| Organização Agrária |  | - | -79.917,12 |
| Comunicações |  | -4.966.369,99 | - |
| Desporto e Lazer |  | -82.684.383,10 | -99.377.253,84 |
| Encargos Especiais |  | -271.678.674,72 | -249.310.661,75 |
| (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento |  | - | 100,00 |
| **Transferências Concedidas** |  | **-1.784.794.474,45** | **-4.912.511.643,21** |
| Intergovernamentais |  | -1.692.911.948,14 | -4.834.902.941,34 |
| A Estados e/ou Distrito Federal |  | -130.135.622,91 | -233.682.737,60 |
| A Municípios |  | -1.562.776.325,23 | -4.601.220.203,74 |
| Intragovernamentais |  | -13.315.102,32 | -17.478.232,07 |
| Outras Transferências Concedidas |  | -78.567.423,99 | -60.130.469,80 |
| **Outros Desembolsos Operacionais** |  | **-181.342.696.738,77** | **-350.048.753.725,63** |
| Dispêndios Extraorçamentários |  | -7.291.435,57 | -8.910.262,04 |
| Transferências Financeiras Concedidas |  | -181.335.195.158,36 | -349.831.568.293,53 |
| Transferência de Arrecadação para Outra Unidade |  |  | -208.275.170,06 |
| Demais Pagamentos |  | -210.144,84 |  |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** |  | **-36.088.341,82** | **-58.020.435,24** |
| **INGRESSOS** |  | **-** | **-** |
| **DESEMBOLSOS** |  | **-36.088.341,82** | **-58.020.435,24** |
| **Aquisição de Ativo Não Circulante** |  | **-24.439.244,66** | **-24.798.291,00** |
| **Outros Desembolsos de Investimentos** |  | **-11.649.097,16** | **-33.222.144,24** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **25** | **-** | **-** |
| **INGRESSOS** |  | **-** | **-** |
| **DESEMBOLSOS** |  | **-** | **-** |
| **GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** |  | **-573.149.040,61** | **1.509.567.388,16** |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL** |  | **4.434.936.071,01** | **439.860.484,85** |
| **CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL** |  | **3.861.787.030,40** | **1.949.427.873,01** |

**Fonte: SIAFI**

**III - Notas Explicativas**

**Nota Explicativa nº 1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

Os Demonstrativos Contábeis do Ministério da Cidadania (órgão 55000) foram elaborados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, da Lei Complementar nº 101/2000, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (MF/STN).

**Nota Explicativa nº 2 - Resumo dos Principais Critérios, Metodologias e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério.

* 1. **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

* 1. **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

* 1. **Créditos a Curto Prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável bem como ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

* 1. **Demais Créditos e Valores**

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) tributos a recuperar/compensar; (iii) depósitos restituíveis e valores vinculados; (iv) outros créditos a receber; (v) ajuste p/ perdas e (vi) demais créditos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original.

* 1. **Estoques**

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

* 1. **Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos e (v) investimentos temporários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

* 1. **Investimentos**

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

* 1. **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Após a aquisição somente são incorporados valores que acrescentem na vida útil do bem e/ou sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

* 1. **Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, neste Ministério são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

* 1. **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes e é utilizada a tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

* 1. **Passivo Circulante**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

* 1. **Provisões a Curto Prazo**

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

* 1. **Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

* 1. **Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1. Patrimonial;
2. Orçamentário; e
3. Financeiro.
   * 1. **Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

* + 1. **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

* + 1. **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**Nota Explicativa nº 3 - Composição no SIAFI do Ministério da Cidadania**

Atualmente o Ministério da Cidadania está composto pelas seguintes unidades gestoras executoras ativas:

180002 DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

180006 CEF/MINISTERIO DO ESPORTE

180009 SECRET. NACIONAL DE ESPORTE ALTO RENDIMENTO

180016 AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM

180060 DEPARTAMENTO DE GESTAO ESTRATÉGICA

180073 SEC. NAC. ESP., EDUCACAO, LAZER E INC. SOCIAL

180074 SE NAC. DE FUTEBOL E DEFESA DIR. TORCEDOR

180076 DEPTO DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE

180080 AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

180081 DGI CAIXA

330013 FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

400076 EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SEISP

550002 SETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS/MC

550003 SECRETARIA EXECUTIVA - DCT

550004 SETORIAL DE CONTABILIDADE/MC

550005 COORDENACAO GERAL DE LICITACOES E CONTRATOS.

550006 COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS/MC

550007 SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA

550008 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SEISP

550009 SECR. NAC. DE CUIDADOS E PREV. AS DROGAS

550010 SECRETARIA DE AVALIACAO E GESTAO DA INFORM.

550011 SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

550013 PROJETO DE OPERACIONALIZ. DOS PROGRAMAS SESAN

550015 PROJETO DE OPERACION. DOS PROGRAMAS DA SNAS

550018 DEPTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA - SEISP

550020 PROJ. DE OPERAC. DOS PROGRAMAS SESAN/BNB

550023 SEC. NACIONAL DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFANCIA

550025 SAA/SE/MC - CONDOMINIO BLOCO A

550026 ESCRITORIO DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLIMPICO

550027 SECRETARIA EXECUTIVA

550028 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPORTE

550029 SECRETARIA NACIONAL DE PARADESPORTO

**Nota Explicativa nº 4 - Auxílio Emergencial**

Até 31/12/2020 mais de R$ 294 bilhões foram gastos com o Auxílio Emergencial e R$ 1.946.363.259,60 foram inscritos em restos a pagar para pagamento até 31/12/2021. Em 2021, até o final do terceiro trimestre, foram pagos R$ 52.137.296.994,52.

O Ministério está atualmente efetuando levantamento para registro no ativo de valores pagos indevidamente bem como a estimativa de perda desses valores, ocasionando impactos futuros nos demonstrativos.

***Notas Explicativas do Balanço Patrimonial***

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

**Nota Explicativa nº 5 - Caixa e equivalentes de caixa**

No Ministério da Cidadania a Conta Caixa e Equivalentes de Caixa é composta pelas contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento.

A 1ª registra o valor do limite de saque da conta única do ente federativo, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

A 2ª registra os valores que estão aguardando assinatura das Ordens de Pagamento pelo Ordenador de Despesa e Gestor Financeiro para a geração da Ordem Bancária.

**Nota Explicativa nº6 - Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo**

Compreende a composição dos valores a receber por diversas transações realizáveis no curto prazo e no longo prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, podendo ser ajustado na ocasião de perdas estimadas.

Na conta 11311.07.00 – Adiantamento de Transferências Legais há um saldo de R$ 313.457.963,41 pertencente à UG 330013. Deste saldo, R$ 263.504.953,37 (84%) se refere a exercícios anteriores e estão pendentes de prestação de contas.

Há ainda um montante de R$ 7.192.115,68 a receber por cessão de servidor (conta 113811200) à época do extinto Ministério do Esporte. Esse valor já foi questionado a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas por meio do processo 71000.004162/2021-06.

Dentre as contas que compõem o saldo de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a que causa maior impacto em relação ao grupo de contas é a de 11382.38.00 - Adiantamento de Termo de Descentralização Externa – TED, que contabiliza os créditos ocasionados pelos repasses realizados a outras entidades e permanecem até que haja comprovação por meio de prestação de contas do órgão recebedor. No caso do Ministério da Cidadania, mais de 96% do saldo constante no grupo de contas se refere à UG 330013 do Fundo Nacional de Assistência Social conforme tabela abaixo:

***Tabela nº 01 – Termo de Execução Descentralizada FNAS***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TED** | **FAVORECIDO** | **VALOR** | **VIGÊNCIA** |
| 1AADWW | 510002/57202 - INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA | R$ 49.620.695.572,85 | 31/12/2021 |
| **TOTAL** | | **R$ 49.620.695.572,85** |  |

Fonte SIAFI.

Este TED possui por objeto o pagamento de Benefícios e Despesas Operacionais referentes ao requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, instituído pela Constituição Federal em seu artigo 203, e da Renda Mensal Vitalícia - RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74.

Segue abaixo levantamento com o montante nas demais unidade gestora de TEDs constantes na conta 11382.38.00 - Adiantamento de Termo de Descentralização Externa – TED cujas vigências já se encontram expiradas:

***Tabela nº 02 – Termos de Execução Descentralizada Vencidos***

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **UG Executora** | **Transferência** | **Transferência - Convenente** | | **Transferência - Dia Final Vigência** | **'= ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA** | |
| **180002** | **676396** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2013** | **63.800,00** | |
| **180002** | **676499** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2013** | **12.850,00** | |
| **180002** | **677955** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **21/03/2014** | **8.000,00** | |
| **180002** | **678476** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2014** | **15.000,00** | |
| **180002** | **678501** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2014** | **3.496,24** | |
| **180002** | **678785** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2014** | **9.262,26** | |
| **180002** | **689370** | **240263** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS** | **13/06/2017** | **9.483,00** | |
| **180002** | **689765** | **240263** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS** | **30/07/2017** | **3.888,11** |
| **180002** | **690620** | **240263** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS** | **30/09/2017** | **7.111,43** | |
| **180009** | **673211** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **07/06/2014** | **5.198.935,09** | |
| **180009** | **673222** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **07/06/2013** | **160.949,56** | |
| **180009** | **673324** | **153079** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA** | **21/11/2013** | **67.500,00** | |
| **180009** | **675108** | **153036** | **UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI** | **05/12/2013** | **2.964.765,98** | |
| **180009** | **675309** | **153163** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA** | **07/08/2014** | **903.323,51** | |
| **180009** | **675322** | **153114** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL** | **31/12/2017** | **11.208.216,45** | |
| **180009** | **676138** | **154048** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI** | **31/05/2015** | **8.807.430,52** | |
| **180009** | **677063** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **05/03/2015** | **124.482,00** | |
| **180009** | **677291** | **153052** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS** | **12/07/2014** | **2.555.980,72** | |
| **180009** | **677347** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **30/06/2014** | **13.544.817,19** | |
| **180009** | **685673** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/08/2016** | **180.737,48** | |
| **180009** | **686026** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **24/03/2017** | **3.000.000,00** | |
| **180009** | **687016** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **30/09/2016** | **7.909.800,24** | |
| **180009** | **687017** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **30/09/2016** | **519.804,00** | |
| **180009** | **692334** | **120623** | **BASE AEREA DOS AFONSOS** | **28/02/2019** | **3.072.871,36** | |
| **180009** | **694193** | **153079** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA** | **30/06/2021** | **6.566.497,43** | |
| **180009** | **696366** | **120623** | **BASE AEREA DOS AFONSOS** | **31/12/2019** | **2.357.203,47** | |
| **180009** | **696462** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **31/12/2020** | **1.997.022,35** | |
| **180009** | **696779** | **153052** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS** | **31/12/2020** | **1.420.750,00** | |
| **180009** | **699212** | **120002** | **DIRETORIA DE ECON E FINANCAS DA AERONAUTICA** | **27/03/2021** | **1.882.066,96** | |
| **180073** | **674419** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **18/04/2014** | **7.464.227,73** | |
| **180073** | **674789** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **28/05/2014** | **206.421,84** | |
| **180073** | **674814** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **07/08/2013** | **797.951,70** | |
| **180073** | **674932** | **153114** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL** | **31/12/2017** | **38.155.845,40** | |
| **180073** | **675555** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **29/08/2015** | **1.122.930,00** | |
| **180073** | **675811** | **110407** | **DEPARTAMENTO DE PLANEJ, ORC E FINANCAS (MD)** | **19/12/2014** | **3.166.324,35** | |
| **180073** | **675824** | **153062** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS** | **31/12/2015** | **116.000,00** | |
| **180073** | **676117** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **30/04/2014** | **1.800.000,00** | |
| **180073** | **678934** | **110407** | **DEPARTAMENTO DE PLANEJ, ORC E FINANCAS (MD)** | **31/12/2014** | **103.820,75** | |
| **180073** | **679685** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2014** | **451.901,24** | |
| **180073** | **680072** | **153164** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA** | **31/12/2016** | **214.800,00** | |
| **180073** | **680886** | **153278** | **ESCOLA EDUCACAO FISICA FISIOT.TERAP.OCUP/UFMG** | **30/06/2017** | **13.955.251,47** | |
| **180073** | **681100** | **158442** | **INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI** | **24/09/2015** | **7.960,00** | |
| **180073** | **681517** | **185001** | **INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EM EXTINCAO** | **02/04/2015** | **2.515.916,00** | |
| **180073** | **683642** | **110407** | **DEPARTAMENTO DE PLANEJ, ORC E FINANCAS (MD)** | **22/02/2016** | **241.645,00** | |
| **180073** | **684193** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **31/08/2016** | **427.899,04** | |
| **180073** | **685198** | **153031** | **UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO** | **30/11/2016** | **572.000,00** | |
| **180073** | **685396** | **154044** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE** | **30/09/2020** | **308.270,49** | |
| **180073** | **685407** | **154055** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA** | **31/12/2020** | **153.825,00** | |
| **180073** | **685417** | **154215** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA** | **31/12/2020** | **77.743,78** | |
| **180073** | **685420** | **153046** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO** | **31/08/2021** | **60.013,81** | |
| **180073** | **685445** | **153038** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA** | **31/12/2020** | **582.662,32** | |
| **180073** | **685497** | **153052** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS** | **31/12/2020** | **270.228,84** | |
| **180073** | **685537** | **154039** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** | **30/06/2021** | **93.100,00** | |
| **180073** | **686065** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **31/12/2020** | **300.458,15** | |
| **180073** | **686556** | **153031** | **UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO** | **07/11/2019** | **161.626,58** | |
| **180073** | **686573** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **22/02/2019** | **370.360,00** | |
| **180073** | **686574** | **153079** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA** | **16/05/2021** | **965.910,34** | |
| **180073** | **686581** | **154421** | **FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO** | **31/12/2020** | **187.400,34** | |
| **180073** | **686729** | **154419** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS** | **16/06/2019** | **316.629,61** | |
| **180073** | **687287** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **30/06/2021** | **40.137.465,97** | |
| **180073** | **688336** | **153163** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA** | **30/11/2017** | **274.080,30** | |
| **180073** | **691664** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **10/01/2021** | **136.947,90** | |
| **180073** | **692204** | **154054** | **FUNDACAO UNIVERS.FED. DE MATO GROSSO DO SUL** | **31/12/2020** | **112.502,12** | |
| **180073** | **692298** | **158155** | **INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN** | **03/03/2020** | **440.066,60** | |
| **180073** | **693840** | **153153** | **ESCOLA DE EDUCACAO FISICA E DESPORTES DA UFRJ** | **31/12/2020** | **59.264,49** | |
| **180073** | **694230** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **30/06/2021** | **4.988.062,82** | |
| **180073** | **694233** | **154034** | **UNIRIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RJ** | **04/05/2020** | **3.770.919,88** | |
| **180073** | **695097** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **16/07/2019** | **3.987.485,77** | |
| **180073** | **695913** | **158148** | **INST. FED. DE EDUC.CIENC. E TEC. DE RONDONIA** | **07/11/2020** | **67.918,80** | |
| **180073** | **696014** | **158524** | **INST.FED.DE GOIAS/CAMPUS LUZIANIA** | **12/11/2020** | **221.320,60** | |
| **180073** | **696481** | **732100** | **CENTRO DE INSTRUCAO ALTE. SYLVIO DE CAMARGO** | **06/12/2019** | **700.430,00** | |
| **180073** | **697354** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **31/12/2020** | **19.566.086,24** | |
| **180073** | **697887** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **12/02/2020** | **1.377.647,52** | |
| **180073** | **697937** | **153103** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE** | **31/12/2020** | **637.959,94** | |
| **180074** | **673212** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **07/11/2013** | **5.424.046,60** | |
| **180074** | **674242** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **05/04/2014** | **3.522.764,90** | |
| **180074** | **677261** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **30/06/2015** | **13.013.961,25** | |
| **180074** | **677362** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **30/12/2014** | **1.495.481,97** | |
| **180074** | **682506** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **17/12/2016** | **4.411.529,00** | |
| **180074** | **682507** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **18/12/2017** | **1.328.891,97** | |
| **180074** | **698148** | **153046** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO** | **25/03/2020** | **50.873,82** | |
| **180074** | **698337** | **158133** | **INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA** | **25/10/2020** | **56.858,30** | |
| **180074** | **698872** | **153079** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA** | **09/04/2020** | **54.700,00** | |
| **400076** | **696880** | **540026** | **SEC NAC ECON CRIATIVA DIV CULTURAL - CONVENIO** | **09/02/2019** | **1.500.000,00** | |
| **400076** | **696884** | **154069** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI** | **26/06/2015** | **33.600,00** | |
| **400076** | **696905** | **154419** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS** | **10/03/2017** | **149.754,50** | |
| **400076** | **696910** | **158151** | **INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO** | **27/08/2015** | **111.287,00** | |
| **550005** | **674936** | **153038** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA** | **14/02/2014** | **51.000,00** | |
| **550005** | **679046** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2014** | **2.100,00** | |
| **550005** | **682414** | **130148** | **SECRETARIA DE AGRICULT.FAMILIAR E COOPERATIV.** | **31/12/2014** | **2.233,45** | |
| **550005** | **683412** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **17/07/2015** | **66.543,44** | |
| **550005** | **683503** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2015** | **31.000,00** | |
| **550005** | **683858** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **26/08/2015** | **23.972,45** | |
| **550005** | **683897** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **07/08/2015** | **26.236,05** | |
| **550005** | **684010** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/08/2015** | **34.616,52** | |
| **550005** | **684362** | **114702** | **FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA** | **31/12/2015** | **127.566,18** | |
| **550005** | **684989** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2015** | **18.626,31** | |
| **550005** | **685678** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **19/03/2016** | **47.445,75** | |
| **550005** | **686123** | **110245** | **FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.** | **18/02/2021** | **1.318.838,44** | |
| **550005** | **686679** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **30/06/2016** | **20.961,09** | |
| **550005** | **688999** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **23/03/2017** | **8.060,54** | |
| **550005** | **690141** | **170531** | **SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO DO MF/DF** | **21/07/2018** | **2.680.075,08** | |
| **550005** | **693803** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **30/07/2018** | **78.956,33** | |
| **550005** | **694355** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **17/08/2018** | **4.017,95** | |
| **550005** | **695197** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **23/10/2018** | **15.410,24** | |
| **550005** | **695345** | **170531** | **SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO DO MF/DF** | **21/07/2019** | **817.810,55** | |
| **550005** | **695441** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **15/11/2018** | **6.594,06** | |
| **550005** | **698306** | **403101** | **INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL** | **30/06/2020** | **32.040,10** | |
| **550008** | **1AAAMI** | **135100** | **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO** | **28/05/2021** | **214.944.054,01** | |
| **550008** | **1AAAMM** | **135100** | **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO** | **22/05/2021** | **7.799.866,57** | |
| **550008** | **1AAAXJ** | **135100** | **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO** | **29/06/2021** | **6.722.103,45** | |
| **550008** | **1AAEOC** | **158195** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE** | **30/08/2015** | **586.420,00** | |
| **550008** | **673292** | **153173** | **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO** | **31/12/2016** | **27.653.858,51** | |
| **550008** | **681883** | **154046** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO** | **31/10/2018** | **2.491.847,20** | |
| **550008** | **684586** | **153165** | **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO** | **31/12/2020** | **1.865.995,00** | |
| **550008** | **686267** | **135100** | **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO** | **31/12/2020** | **422.335.367,54** | |
| **550008** | **686424** | **130148** | **SECRETARIA DE AGRICULT.FAMILIAR E COOPERATIV.** | **10/05/2017** | **250.000,00** | |
| **550008** | **689332** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **31/07/2019** | **12.270.736,05** | |
| **550008** | **692284** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **31/07/2018** | **3.350.455,72** | |
| **550008** | **696421** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **31/10/2019** | **5.467.564,99** | |
| **550008** | **697256** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **30/07/2020** | **13.182.761,49** | |
| **550009** | **684848** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **31/12/2020** | **1.883.621,00** | |
| **550009** | **685366** | **155001** | **HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE** | **31/12/2020** | **645.285,40** | |
| **550009** | **686393** | **153031** | **UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO** | **17/11/2020** | **645.661,09** | |
| **550009** | **686541** | **153031** | **UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO** | **31/12/2020** | **637.525,78** | |
| **550009** | **696784** | **153052** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS** | **31/12/2020** | **400.000,00** | |
| **550009** | **696792** | **154419** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS** | **31/03/2020** | **100.384,95** | |
| **550010** | **697836** | **153080** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO** | **31/12/2020** | **456.709,97** | |
| **550010** | **698040** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **31/12/2020** | **1.066.817,00** | |
| **550010** | **698079** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **31/12/2020** | **1.984.292,90** | |
| **550010** | **698772** | **410003** | **COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS** | **20/04/2021** | **1.285.200,00** | |
| **550018** | **697688** | **153164** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA** | **31/12/2020** | **126.057,00** | |
| **550026** | **698275** | **160503** | **DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E CULTURA DO EX** | **10/04/2021** | **21.157.472,55** | |

Fonte SIAFI.

Já nas contas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, o maior saldo está na conta “121210508 - Crédito a Receber por falta/irregularidade na Comprovação”. Nela são realizados os registros dos valores correspondentes à falta de documentação comprobatória da execução da despesa, inclusive as apresentações fora do prazo legal, bem como a inadimplência na comprovação de instrumentos de transferência ou ainda irregularidade na documentação, com imputação da responsabilidade (quando for instaurada tomada de contas especial após apreciação pelo Tribunal de Contas da União –TCU).

Atualmente não são realizados registro de possíveis perdas de créditos a receber em acordo com a Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas, todavia será analisado com as áreas técnicas responsáveis a pertinência de lançamento de ajuste de perda haja vista o baixo de percentual de ressarcimento ao erário.

Há que se ressaltar ainda que está sendo analisado montante total de valores pagos indevidamente a título de Auxílio Emergencial e Auxílio Emergencial Residual em 2020 e 2021. Após o levantamento desse montante, será realizado lançamento em créditos a receber bem como respectiva estimativa de perda.

**Nota Explicativa nº 7 - Estoque**

Atualmente o Ministério da Cidadania possui saldos de Estoques de Almoxarifado lançados em 4 unidades gestoras: 180002, 180080, 550005 e 550025. Todavia, a Coordenação de Patrimônio não encaminha o Relatório Mensal de Movimentação do Almoxarifado desde fevereiro de 2021 tornando-se inviável a conferência junto ao SIAFI. Desta forma, a Coordenação-Geral de Contabilidade coloca as Unidades Gestoras em restrição contábil e informa mensalmente ao titular da unidade sobre a situação.

**Nota Explicativa nº 8 - Investimentos**

Desde abril de 2021 o Ministério da Cidadania não possui mais saldos nas contas do Grupo Investimentos.

**Nota Explicativa nº 9 - Imobilizado**

Na conta de **Bens Móveis** são registrados os valores de aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados pelo próprio movimento ou removidos por força alheia, sem alteração da sua substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Segue abaixo composição atual dos bens móveis:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Conta** | **Saldo** | **Percentual** |
| 1.2.3.1.1.01.00 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA | R$14.939.475,21 | 5,69% |
| 1.2.3.1.1.02.00 - BENS DE INFORMATICA | R$78.492.600,10 | 29,90% |
| 1.2.3.1.1.03.00 - MOVEIS E UTENSILIOS | R$29.010.312,76 | 11,05% |
| 1.2.3.1.1.04.00 - MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO | R$2.764.249,00 | 1,05% |
| 1.2.3.1.1.05.00 - VEICULOS | R$135.386.687,61 | 51,57% |
| 1.2.3.1.1.99.00 - DEMAIS BENS MOVEIS | R$1.933.639,38 | 0,74% |

Fonte: SIAFI

Ao analisar a conta 12311.05.00 – Veículos, foram observadas diversas entradas de veículos destinados a doação para instituições que prestam auxílio aos dependentes químicos. Desta forma foi encaminhado o processo 71000.073163/2021-92 questionando sobre a atualização dos registros.

No Ministério da Cidadania as Unidades Gestoras já estão utilizando plenamente o sistema SIADS, porém, por um problema sistêmico, em algumas unidades que não estavam realizando o lançamento da depreciação acumulada tempestivamente, não foi possível atualizar o valor. Para esses casos, a Coordenação de Patrimônio já está em tratativas com o Tesouro Nacional e com o Serpro.

Na conta de **Bens Imóveis** são registrados os valores dos bens imóveis, que são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

A conta Bens Imóveis em Andamento possui seu saldo composto basicamente por obras em andamento e estudos e projetos. Parte do saldo de obras em andamento era composto por obras iniciadas para atender aos Jogos Pan Americanos de 2007. Em setembro de 2021, foi baixado o valor de R$ 123.266.533,92 haja vista o reconhecimento de conclusão das obras pelo Departamento de Infraestrutura do Esporte. Como estas obras concluídas se encontram sob a administração do Ministério da Defesa, o Departamento encaminhou todo o informativo para o registro nas contas de ativos desse órgão.

Em abril/2021 também foi baixado nessa mesma conta o montante de R$ 58.550.000,00 referente ao Contrato nº 15/2015 de reforma do Centro Olímpico de Treinamento localizados no Parque Olímpico do Rio, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (RJ). Este valor foi devidamente realocado na conta 1.2.3.2.1.02.10 – Imóveis de Uso Recreativo. Ainda nesse mês foi baixado o saldo de R$ 61.384.959,85 da conta 123210800 – Benfeitorias em Propriedades de Terceiros referente a benfeitorias realizadas em imóveis da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O montante já foi incorporado no ativo da universidade.

Em agosto/2021 foi realizada a reclassificação do montante de R$ 48.500,00 referente a contratação de Projeto Básico de Circuito Fechado de Televisão - CFTV para a conta 12311.01.05 – Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro.

Outra parte significativa da conta corresponde a obras de contratos de repasse administradas pela Caixa Econômica Federal. Para ambas as situações, a setorial contábil solicitou parecer da área de infraestrutura afim de que os saldos possam espelhar a realidade dos andamentos das obras por meio do processo 71000.065878/2021-71.

**Nota Explicativa nº 10 - Intangível**

Atualmente o ministério possui saldo apenas na UG 550005 na conta de Softwares com vida útil indefinida não cabendo, portanto, amortização, mas sim uma reavaliação dos bens.

Para que seja possível efetuar as reavaliações, está sendo realizado um trabalho em conjunto entre a Subsecretaria de Assuntos Administrativos e a Subsecretaria de Tecnologia da Informação para incluir esses bens no SIADS e definir metodologias de reavaliação desses bens.

**Nota Explicativa nº 11 - Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo**

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito: aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo e no longo prazo.

No Ministério o maior impacto é causado pela conta Precatórios de Benefícios Previdenciários, onde são registradas as obrigações referentes a precatórios de proventos de aposentadoria, reformas ou pensões. Os registros são realizados pelos Tribunais diretamente na Unidade Gestora referente a Requisições de Pequenos Valores.

**Nota Explicativa nº 12 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens**

No curto prazo estão sendo contabilizadas as provisões decorrentes de sentenças judiciais na UG 330013.

Já na conta 217919900 – Outras Provisões a Curto Prazo, contam os saldos referentes a provisões para a judicialização, contestação dos pagamentos do auxílio emergencial e auxílio emergencial residual Covid-19. O saldo nesta conta totalizou em dezembro de 2020 no montante de R$ 1.925.200.000,00, valor este calculado pela área técnica responsável conforme Nota Técnica nº 1 (SEI 9446460). A metodologia de cálculo deste valor é detalhada no item h.1.

No longo prazo há uma provisão para cobrir despesas com serviços de terceiros. Este lançamento se iniciou em 2016 na UG 550008 como de curto prazo e em 2018 foi transferida para o longo prazo. Está em avaliação a necessidade de manutenção da provisão.

**12.1. Metodologia de Cálculo do valor provisionado a título de Auxílio Emergencial e Auxílio Emergencial Residual**

Em 31/12/2020 foi provisionado o montante de R$ 1.925.200.000,00 na conta 397310100 - VPD DE PROVISOES P/ RISCOS FISCAIS assim discriminado:

1. R$ 378.000.000,00 referente a judicialização de AE e AER por meio da Nota de Sistemas 2020NS005556;
2. R$ 1.212.200.000,00 referente a reprocessamentos/contestações de AE por meio da Nota de Sistemas 2020NS005557; e
3. R$ 335.000.000,00 referente a reprocessamentos/contestações de AER por meio da Nota de Sistemas 2020NS005558.

Em 22/03/2021 os valores das alíneas a e b foram reclassificados para a conta 397910100 - VPD DE OUTRAS PROVISOES haja vista entendimento em conjunto com a Controladoria-Geral da União de que esses valores não se tratavam de possíveis Riscos Fiscais.

Os valores apresentados no primeiro parágrafo surgiram de trabalho conjunto entre a Secretaria de Cadastro Único – SECAD, responsável por público Extracad e CadÚnico não PBF e a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC, responsável por público CadÚnico PBF.

Estes valores foram construídos a partir de estimativas de valores devidos aos públicos estimados, considerando as incertezas sobre quais as parcelas, ou mesmo valores a serem pagos a cada cidadão identificado como público objeto de novos pagamentos.

**Memória de Cálculo das Contestações/Reprocessamentos:**

* Seguem abaixo estimativas dos Públicos **Extracad e CAD não PBF**, fornecidas pela SECAD:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Contestações / Reprocessamentos** | | | | | |
|  | | | | **Valor Total** | **Público estimado** |
| **AE + AER** | | | | **R$ 1.423.219.314,77** | **567.973** |
| Contestações Administrativas | | | | R$ 20.083.314,77 | 33.013 |
| Contestações Extrajudiciais | | | | R$ 75.600.000,00 | 28.800 |
| Reprocessamento CNJ | | | | R$ 453.600.000,00 | 172.800 |
| Reprocessamento DPU | | | | R$ 850.500.000,00 | 324.000 |
| Reprocessamento Residentes Exterior | | | | R$ 18.900.000,00 | 7.200 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) | | | | R$ 4.536.000,00 | 2.160 |
|  |  |  |  |  |  |
| **Auxílio Emergencial (AE)** | | | | **R$ 1.124.922.478,52** | **304.986** |
| Contestações Administrativas | | | | R$ 2.413.678,52 | 7.258 |
| Contestações Extrajudiciais | | | | R$ 60.480.000,00 | 16.000 |
| Reprocessamento CNJ | | | | R$ 362.880.000,00 | 96.000 |
| Reprocessamento DPU | | | | R$ 680.400.000,00 | 180.000 |
| Reprocessamento Residentes Exterior | | | | R$ 15.120.000,00 | 4.000 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) | | | | R$ 3.628.800,00 | 1.728 |
| **Auxílio Emergencial Residual (AER)** | | | | **R$ 298.296.836,25** | **262.987** |
| Contestações Administrativas | | | | R$ 17.669.636,25 | 25.755 |
| Contestações Extrajudiciais | | | | R$ 15.120.000,00 | 12.800 |
| Reprocessamento CNJ | | | | R$ 90.720.000,00 | 76.800 |
| Reprocessamento DPU | | | | R$ 170.100.000,00 | 144.000 |
| Reprocessamento Residentes Exterior | | | | R$ 3.780.000,00 | 3.200 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) | | | | R$ 907.200,00 | 432 |

* Segue abaixo tabela com discriminação da tabela anterior para público **Extracad, Cad Único e CadÚnico não PBF**:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Auxílio Emergencial (AE)** | | R$ 1.124.922.478,52 | 304.986 |
| **Extracad** | | **R$ 899.937.982,82** | **243.989** |
| Contestações Administrativas | | R$ 1.930.942,82 | 5.806 |
| Contestações Extrajudiciais | | R$ 48.384.000,00 | 12.800 |
| Reprocessamento CNJ | | R$ 290.304.000,00 | 76.800 |
| Reprocessamento DPU | | R$ 544.320.000,00 | 144.000 |
| Reprocessamento Residentes Exterior | | R$ 12.096.000,00 | 3.200 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) | | R$ 2.903.040,00 | 1.382 |
|  | |  |  |
| **CadÚnico (não PBF)** | | **R$ 224.984.495,70** | **60.997** |
| Contestações Administrativas | | R$ 482.735,70 | 1.452 |
| Contestações Extrajudiciais | | R$ 12.096.000,00 | 3.200 |
| Reprocessamento CNJ | | R$ 72.576.000,00 | 19.200 |
| Reprocessamento DPU | | R$ 136.080.000,00 | 36.000 |
| Reprocessamento Residentes Exterior | | R$ 3.024.000,00 | 800 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) | | R$ 725.760,00 | 346 |
|  |  | |  |
| **Auxílio Emergencial Residual (AER)** | | **R$ 298.296.836,25** | **262.987** |
| **Extracad** | | **R$ 238.637.469,00** | **210.390** |
| Contestações Administrativas | | R$ 14.135.709,00 | 20.604 |
| Contestações Extrajudiciais | | R$ 12.096.000,00 | 10.240 |
| Reprocessamento CNJ | | R$ 72.576.000,00 | 61.440 |
| Reprocessamento DPU | | R$ 136.080.000,00 | 115.200 |
| Reprocessamento Residentes Exterior | | R$ 3.024.000,00 | 2.560 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) | | R$ 725.760,00 | 346 |
| **CadÚnico (não PBF)** | | **R$ 59.659.367,25** | **52.597** |
| Contestações Administrativas | | R$ 3.533.927,25 | 5.151 |
| Contestações Extrajudiciais | | R$ 3.024.000,00 | 2.560 |
| Reprocessamento CNJ | | R$ 18.144.000,00 | 15.360 |
| Reprocessamento DPU | | R$ 34.020.000,00 | 28.800 |
| Reprocessamento Residentes Exterior | | R$ 756.000,00 | 640 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) | | R$ 181.440,00 | 86 |

* Abaixo, segue tabela com informações do Público **CadÚnico PBF** fornecidas pela SENARC:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CONTESTAÇÕES E REPROCESSAMENTOS** | | |
| **Auxílio Emergencial** | | |
| **Cadunico (PBF) - SENARC** | **R$50.685.000,00** | **14.827** |
| Contestação Cidadão | R$6.690.600,00 | 2.048 |
| Contestação DPU | R$1.443.600,00 | 432 |
| Reprocessamento CNJ | R$32.252.400,00 | 8.214 |
| Reprocessamento Residentes no Exterior | R$10.298.400,00 | 4.133 |
| **Auxílio Emergencial Residual** | | |
| **Cadunico (PBF) - SENARC** | **R$26.071.293,00** | **39.353** |
| Contestação Cidadão | R$5.470.857,00 | 27.426 |
| Contestação DPU | R$1.443.600,00 | 432 |
| Reprocessamento CNJ | R$12.609.636,00 | 7.362 |
| Reprocessamento Residentes no Exterior | R$6.547.200,00 | 4.133 |
| **TOTAL CONTESTAÇÕES E PROCESSAMENTOS** | **R$76.756.293,00** | **54.180** |

Desta forma, o montante total referente a contestações e reprocessamentos é de R$ 1.498.975.607,77.

**Memória de Cálculo das Decisões Judiciais:**

* **Público Extracad e CadÚnico não PBF** (informações prestadas pela SECAD):

No que se refere às judicializações, considerando o maior grau de incerteza sobre os públicos que seriam objeto das ações, ou mesmo o teor das ações, que podem ser referentes às elegibilidades dos AE ou AER, de bloqueios de parcelas de quaisquer dos auxílios, de contestações de valores pagos, em qualquer dos auxílios. E considerando não se ter, como nas contestações ou nos reprocessamentos, elementos anteriores, como o quantitativo e qualitativo dos benefícios negados (que geram, por sua vez, o público base das contestações), ou mesmo os quantitativos e qualitativos dos benefícios objeto dos argumentos que ensejam os reprocessamentos. Adotou-se uma estimativa mais genérica, de um cenário de 100.000 beneficiários objetos de alguma decisão judicial, com necessidades médias, também estimadas pelo histórico observado até então de pagamentos de decisões judiciais, e análises sobre os casos em andamento na esfera judicial (em informações preliminares apresentadas pelo CNJ, por exemplo), de pagamentos de R$ 2.831,00 reais a título de AE e R$ 949,00 a título de AER.

Montante total de decisões judiciais da SECAD: R$ 378.000.000,00.

* **Público CadÚnico PBF** (informações prestadas pela SENARC):

Para as decisões judiciais do Auxílio Emergencial, foi aplicado benefício médio de R$ 3.165,63 pago no cumprimento das decisões judiciais para um quantitativo de 11.506 beneficiários.

Para as estimativas de cálculo das decisões judiciais do Auxílio Emergencial Residual, foi aplicado o benefício médio das decisões judiciais de R$ 1.586,97 para um quantitativo de 6.000 beneficiários.

Montante total de decisões judiciais da SENARC: R$ 45.945.558,78.

Desta forma, o valor total de contratações/reprocessamentos foi de R$ 1.498.975.607,77 e o valor total de decisões judiciais foi de R$ 423.945.558,78, totalizando um valor a ser provisionado de R$ 1.922.921.166,55. Todavia, a Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC apresentou a seguinte tabela para fundamentar o lançamento da provisão:



A Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos, ao analisar as informações verificou que os valores de Decisões Judiciais da SENARC foram equivocadamente alocados como contestações e reprocessamentos. Foi então emitido questionamento à SECAD que emitiu o seguinte pronunciamento:

“**Identificação posterior de erro na conformação final dos cálculos na consolidação de valores entre públicos (PBF e não PBF) e tipos de pagamentos (judicial e não judicial), nos resultados finais apresentados na Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC**

Cabe observar a identificação posterior de erro de cálculo na consolidação dos valores para pagamentos dos benefícios entre os públicos PBF e não PBF, e entre os valores calculados pela SECAD e recebidos pela SENARC. No momento da consolidação dos valores calculados pela SECAD e recebidos pela SENARC, ao se elaborar a Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC, houve uma colocação equivocada de valores estimados pela SENARC de pagamentos de benefícios judiciais (em um total de R$ 45.945.560, sendo R$ 36.423.740,00 do AE e R$ 9.521.820,00 do AER) nos totais dos valores estimados para pagamentos de benefícios de contestações e reprocessamentos. Resultado em uma estimativa a maior, em R$ 45.945.560, no total estimado para contestações e reprocessamentos. E uma estimativa a menor, em R$ 45.945.560, no total estimado para judicializações.

Os valores estimados pela SENARC de necessidades de pagamentos de judicializações em um total de R$ 45.945.560, deveriam ter sido somados ao total estimado pela SECAD para o mesmo fim, de R$ 378.000.000,00.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Judicializações (AE+AER) | Valores na Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC | Valores de judiciais estimados pela SENARC e não computados na consolidação final | Valores finais das estimativas como seriam com as judicializações estimadas pela SENARC |
| Auxílio Emergencial (AE) | R$ 283.100.000,00 | R$ 36.423.739,80 | R$ 319.523.739,80 |
| Auxílio Emergencial Residual (AER) | R$ 94.900.000,00 | R$ 9.521.820,00 | R$ 104.421.820,00 |

Da mesma forma, estes valores foram erroneamente somados, junto às estimativas da SENARC para o público PBF para pagamentos de contestações e reprocessamentos. Os valores do público PBF de pagamentos de contestações e reprocessamentos deveriam ter sido os seguintes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contestações / Reprocessamentos | Valores na Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC | Valores colocado indevidamente  (judiciais PBF) | Valores que deveriam ter sido trazidos das estimativas da SENARC para o PBF |
| Auxílio Emergencial (AE) |  |  |  |
| CadÚnico (PBF) | R$ 87.200.00,00 | R$ 36.423.739,80 | R$ 50.685.000,00 |
| Auxílio Emergencial Residual (AER) |  |  |  |
| CadÚnico (PBF) | R$ 36.000.000,00 | R$ 9.521.820,00 | R$ 26.071.293,00 |

Ressalta-se que os valores apresentados nas tabelas finais da Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC também foram objeto de arredondamentos. O que eventualmente explica o não batimento exato entre os números apresentados acima como o que foram e o que deveriam ter constado nas tabelas finais. Outros valores seriam objeto de outros arredondamentos. A fim de simplificar os totais de inscrição nas linhas orçamentárias do RAP 2021.

Por fim, destaca-se que o erro de consolidação dos dados foi identificado apenas recentemente, mas que não se considera necessária a realização de uma correção deste em função dos seguintes elementos:

1. O montante identificado com alocação orçamentária equivocada é relativamente pequeno em relação aos totais alocados em cada uma das linhas orçamentárias afetadas. R$ 45.945.560 a menos na linha orçamentária de judicializações que foi de R$ 378.000.000,00. E R$ 45.945.560 a mais na linha orçamentária de pagamentos administrativos (contestações e reprocessamentos) que foi de R$ 1.212.200.000,00. Ressaltando o fato que estes valores foram estimativas feitas com elevado grau de incertezas, e que, portanto, sujeitos à elevada margem de erro frente aos valores efetivamente observados como necessidades concretas orçamentárias.
2. Ademais, observa-se uma utilização maior de recursos orçamentários na linha em que o erro provocou um aumento na alocação, e uma utilização menor na linha em que o erro provocou uma redução na alocação. Considerando os valores orçamentários executados até apresente data nas linhas orçamentárias de RAP afetadas, observa-se uma elevada margem de folga para ambas, o que não configura uma necessidade premente de correção dos valores atualmente disponibilizados. Até a presente data, a informação é que a linha orçamentária de pagamentos judiciais teve uma execução de apenas R$ 65.915.173,36 frente à um RAP 2021 de 378.000.000,00 (17%). E a linha orçamentária de pagamentos administrativos uma execução orçamentária de apenas R$ 263.760.600,00 frente à um RAP 2021 de R$ 1.125.000.000,00 (23%).

Considera-se, portanto, que, apesar do erro factual na alocação das estimativas, os totais alocados à época para cada uma das linhas orçamentárias vêm satisfazendo à contento as necessidades observadas até então, para ambas as linhas. E que apesar desta SECAD não ser contrária à correção das alocações conforme as estimativas originárias, considera que a correção não se mostra necessária no presente momento. ”

**Nota Explicativa nº 13 -** **Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas**

Conta do Patrimônio Líquido que compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. A mensuração é feita pela apuração do resultado positivo ou negativo.

No caso do Ministério da Cidadania, o resultado acumulado teve uma redução de 58% em relação ao mesmo trimestre no ano passado. Essa diferença é atribuída principalmente ao Resultado Deficitário do Exercício.

***Notas Explicativas do Balanço Financeiro***

**Nota Explicativa nº 14 - Ingressos Financeiros**

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Seguem abaixo tabelas que evidenciam as análises verticais e horizontais dos ingressos e dos dispêndios financeiros:

***Tabela nº 03 - Ingressos Financeiros:***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **INGRESSOS** | **30/09/2021** | **30/09/2020** | **Análise Horizontal (%)** | **Análise Vertical (%)** |
| Receitas Orçamentárias | R$1.563.293.479,95 | R$480.070.018,05 | 225,64 | 0,58 |
| Transferências Financeiras Recebidas | R$245.562.469.150,45 | R$604.588.946.753,51 | -59,38 | 91,25 |
| Recebimentos Extraorçamentários | R$17.561.651.475,75 | R$55.938.188.349,55 | -68,61 | 6,53 |
| Caixa e Equivalente de Caixa (Ex. Anterior) | R$4.434.936.071,01 | R$439.860.484,85 | 908,26 | 1,65 |
| **Total** | **R$269.122.350.177,16** | **R$661.447.065.605,96** | **-59,31** | **100,00** |

Fonte SIAFI

Atualmente as Transferências Financeiras Recebidas representam mais de 91% dos Ingressos do Ministério da Cidadania e neste grupo, 98,54% é decorrente da execução orçamentária e 1,45% independente de execução orçamentária.

As Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária estão compostas por Cotas Recebidas, Repasse Recebido, Sub-repasse Recebido, Repasse Devolvido e Sub-Repasse Devolvido. Seguem abaixo explanações mais detalhadas:

* Cotas Recebidas (4.5.1.1.2.01.00 - COTA RECEBIDA): Valores recebidos pela Setorial Financeira do Órgão diretamente da UG 170500- COFIN/STN;
* Repasse recebido (4.5.1.1.2.02.00 REPASSE RECEBIDO): Valores recebidos nas unidades do Ministério advindos de outras unidades externas;
* Sub-Repasse Recebido (4.5.1.1.2.03.00 SUB-REPASSE RECEBIDO): Valores transacionados entre a Setorial Financeira do Ministério da Cidadania e suas Unidades Gestoras Executoras;
* Sub-Repasse Devolvido (4.5.1.1.2.08.03 SUB-REPASSE DEVOLVIDO): Valores devolvidos a título de Sub-Repasse.

Na Tabela nº 03 - Ingressos Financeiros é possível observar um crescimento de mais de 225% da Receita Orçamentária em relação ao mesmo período no ano anterior. Isto se dá em virtude do aumento na arrecadação no segundo Decêndio de Receitas Ordinárias, ou seja, Receitas de livre alocação. No caso do Ministério da Cidadania estes ingressos totalizaram R$ 1.181.389.843,580 e ocorreram nas fontes 0100 (decorrente de restituições/devoluções do Auxílio Emergencial advindas da UG 170010) e 0188 (decorrente de aplicações financeiras).

**Nota Explicativa nº 15 - Dispêndios Financeiros**

***Tabela nº 04 - Dispêndios Financeiros:***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DISPÊNDIOS** | **30/09/2021** | **30/09/2020** | **Análise Horizontal (%)** | **Análise Vertical (%)** |
| Despesas Orçamentárias | R$82.230.686.775,50 | R$308.240.948.750,42 | -73,32 | 30,56 |
| Transferências Financeiras Concedidas | R$181.335.195.158,36 | R$349.831.568.293,53 | -48,16 | 67,38 |
| Pagamentos Extraorçamentários | R$1.694.681.212,90 | R$1.425.120.689,20 | 18,91 | 0,63 |
| Saldo para o Exercício Seguinte | R$3.861.787.030,40 | R$1.949.427.873,01 | 98,10 | 1,43 |
| **Total** | **R$269.122.350.177,16** | **R$661.447.065.605,96** | **-59,31** | **100,00** |

Fonte SIAFI

Na Tabela nº 04 - Dispêndios Financeiros observa-se que 67,38% dos dispêndios se referem Transferências Financeiras Concedidas em sua maior parte Resultantes da Execução Orçamentária. Todavia, em análise horizontal, observa-se uma redução de cerca e 48% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior sendo grande parte referente à diminuição de valores pagos a título de Auxílio Emergencial.

**Nota Explicativa nº 16 - Resultado Financeiro**

***Tabela nº 05 - Déficit Financeiro***

|  |  |
| --- | --- |
|  | **2021** |
| Receitas Orçamentárias | **R$ 1.563.293.479,95** |
| (+) Transferências Financeiras Recebidas | **R$ 245.562.469.150,45** |
| (+) Recebimentos Extraordinários | **R$ 17.561.651.475,75** |
| (-) Despesas Orçamentárias | **R$ 82.230.686.775,50** |
| (-) Transferências Financeiras Concedidas | **R$ 181.335.195.158,36** |
| (-) Pagamentos Extraorçamentários | **R$ 1.694.681.212,90** |
| **(=) Resultado Financeiro do Exercício** | **-R$ 573.149.040,61** |

Como se pode observar da tabela acima, o resultado financeiro foi deficitário apesar do pequeno aumento no passivo exigível do balanço patrimonial, comparado com o mesmo trimestre do exercício de 2020. O déficit ocorreu em função da grande quantidade de Pagamentos Extraorçamentários efetuados a título de Restos a Pagar Não Processados atribuídos ao Auxílio Emergencial. Do montante de R$ 1.602.539.822,59, quase 40% se refere a Auxílio Emergencial empenhado em 2020.

Cabe ressaltar que a inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Auxílio Emergencial foi permitida por meio do [Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.579-2020?OpenDocument), desde que as Despesas fossem executadas até 31/12/2021 e devidamente justificadas pelo gestor.

***Notas do Balanço Orçamentário***

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Seguem abaixo algumas informações essenciais à análise do referido demonstrativos:

1. **O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado**

O regime orçamentário adotado no âmbito do Ministério da Cidadania é o misto, ou seja, as receitas são contabilizadas quando da arrecadação e as despesas quando da realização do empenho, conforme estabelecido no artigo 35 da Lei nº 4.320/64.

1. **O período a que se refere o orçamento**

O orçamento é anual conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 4.320/64, todavia a análise em questão se refere ao período de 01/01/2021 a 30/09/2021.

1. **As entidades abrangidas**

O Ministério da Cidadania não possui outras entidades vinculadas a ele.

1. **O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.**

Ao final do exercício, os restos a pagar não processados liquidados que forem reinscritos para o exercício seguinte ingressam como restos a pagar processados não havendo um controle segregado para estes casos.

1. **Operação de Crédito Interna**

Até o momento não há previsão nem execução de operações de crédito internas registradas.

**Nota Explicativa nº 17 - Receitas Orçamentárias**

***Tabela nº 06 – Previsão e Arrecadação da Receita***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **set/21** | **set/20** | **Análise Horizontal** |
| Previsão Atualizada da Receita | R$1.606.817.071,00 | R$1.638.325.388,00 | **-1,92%** |
| Receita Arrecadada | R$1.563.293.479,95 | R$480.070.018,05 | **225,64%** |
| **Análise Vertical** | **97,29%** | **29,30%** |  |

Fonte SIAFI

Como se depreende da tabela nº 06, do montante previsto e atualizado da Receita Orçamentária, já foram arrecadados 97,29%. Cabe salientar que de acordo com o MCASP, as Receitas Realizadas ccorrespondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária. Ou seja, não constam no montante de Receitas Realizadas os recursos do Tesouro a título de créditos orçamentários recebidos no decorrer no exercício correspondentes à contrapartida das despesas fixadas na LOA (Dotação Atualizada) repassados pela SOF.

***Tabela nº 07 – Detalhamento da Receita por Categoria Econômica***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categoria Econômica** | **Previsão Atualizada** | **Receita Realizada** | **% de Realização** | **% de Realização sobre o Total Realizado** |
| **Receita Corrente** | **R$540.327.216,00** | **R$1.563.293.479,95** | **289,32%** | **100,00%** |
| Receita Patrimonial | R$432.735.358,00 | R$434.522.694,21 | 100,41% | 27,80% |
| Transferências Correntes | R$13.886,00 | R$17.597,14 | 126,73% | 0,00% |
| Outras Receitas Correntes | R$107.577.912,00 | R$1.128.750.440,65 | 1049,24% | 72,20% |
| **Receita de Capital** | **R$1.066.489.855,00** | **R$0,00** | **0,00%** | **0,00%** |
| Operações de Crédito | R$1.066.489.855,00 | R$0,00 | 0,00% | 0,00% |
| **Receita Total** | **R$1.606.817.071,00** | **R$1.563.293.479,95** | **97,29%** |  |

Fonte SIAFI

A tabela nº 07 traz o detalhamento da Previsão e Arrecadação das Receitas por Categoria Econômica. Como se pode observar, não houve até o momento realização de Receita de Capital e forma que 100% da Receita Realizada até o momento correspondem a Receitas Correntes.

A maior parte da arrecadação das Receitas Correntes foram oriundas do grupo “Outras Receitas Correntes”. Ao analisar esse grupo no SIAFI foi identificado na UG 550002 o valor de R$ 1.114.784.081,70 decorrente principalmente de valores restituídos de Auxílio Emergencial pagos indevidamente, conforme já citado na Nota Explicativa nº 15 - Ingressos Financeiros.

**Nota Explicativa nº 18 - Despesas Orçamentárias**

De acordo com o MCASP a Dotação Atualizada demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA) acrescidos dos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

Já a Despesa Empenhada corresponde ao valor que o órgão público reserva para efetuar um pagamento planejado.

Segue abaixo tabela com comparativo entre a Dotação Atualizada e a Despesa Empenhada:

***Tabela nº 08 – Dotação e Empenho***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **set/21** | **set/20** | **Despesa Empenhada/Dotação Atualizada** |
| Dotação Atualizada | R$170.214.314.264,00 | R$424.112.223.764,00 | -59,87% |
| Despesas Empenhadas | R$82.230.686.775,50 | R$308.240.948.750,42 | -73,32% |
| **Análise Vertical** | **48,31%** | **72,68%** |  |

Como se pode deduzir da tabela, até setembro/2021 apenas 48,31% da fixação da Despesa Atualizada foi de fato empenhada, enquanto que no mesmo período do exercício anterior já havia uma iniciado a execução de 72,68% da despesa.

***Tabela nº 09 – Detalhamento da Despesa por Categoria Econômica***

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categoria Econômica** | **Dotação Atualizada** | **Despesa Empenhada** | **Despesa Empenhada/Dotação Atualizada** | **Despesa Empenhada/ Despesa Empenhada Total** |
| **Despesas Correntes** | **R$169.277.606.986,00** | **R$81.896.804.589,67** | **48,38%** | **99,59%** |
| Pessoal e Encargos Sociais | R$223.403.540,00 | R$150.129.932,86 | 67,20% | 0,18% |
| Outras Despesas Correntes | R$169.054.203.446,00 | R$81.746.674.656,81 | 48,36% | 99,41% |
| **Despesas de Capital** | **R$852.979.862,00** | **R$333.882.185,83** | **39,14%** | **0,40%** |
| Investimentos | R$852.979.862,00 | R$333.882.185,83 | 39,14% | 0,40% |
| **Reserva de Contingência** | **R$83.727.416,00** | **R$0,00** | **0,00%** | **0,00%** |
| **Despesa Total** | **R$170.214.314.264,00** | **R$82.230.686.775,50** | **48,31%** |  |

**Fonte SIAFI**

Do montante de R$ 81.746.674.656,81, R$ 51.580.739.290,70 (constante na UG 550027) se referem a despesas empenhada para enfrentamento da pandemia do COVID – 19 tanto para pagamentos de parcelas do Auxílio Emergencial quanto para contestações judiciais. Há também empenhos na UG 550005 referente a contratos de operacionalização do referido auxílio.

**Nota Explicativa nº 19 - Resultado Orçamentário**

***Tabela nº 10 - Resultado Orçamentário***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Arrecadação e Empenho** | **set/21** | **Arrecadação/Despesas Empenhadas** |
| Receita Orçamentária Arrecadada | R$1.563.293.479,95 | 1,90% |
| Despesas Empenhadas | R$82.230.686.775,50 |
| **Resultado Orçamentário** | **-R$80.667.393.295,55** |  |

O Resultado Orçamentário foi deficitário em R$ 80.667.393.295,55 haja vista que a Receita Arrecadada pelo Ministério a Cidadania corresponde a apenas 1,9% do montante de Despesas Empenhadas. O Subsídio financeiro para execução das Despesas Empenhadas vem dos Repasses concedidos pelo Tesouro Nacional.

**Nota Explicativa nº 20 - Restos a Pagar Processados e Não Processados**

Para a execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados as unidades executoras já foram orientadas:

A observar a manutenção dos Restos a Pagar em consonância com a Nota Técnica nº 7/2018/CCONT/SUCON/STN-MF bem como o Comunicado STN nº 33/2020 (publicado na Plataforma Mais Brasil);

* Com relação aos Restos a Pagar de empenhos emitidos em 2020, inscritos para 2021 no que tange a despesas para atendimento à Emenda Constitucional nº 106/2020 (Covid-19) foram repassadas as instruções para atendimento do [Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.579-2020?OpenDocument).

***Tabela nº 11 – Detalhamento dos Restos a Pagar***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RAP** | **Inscritos** | **Cancelados** | **Pagos** | **Saldo** | **Índice realizado** |
| Restos a Pagar Não Processados | R$4.797.082.299,13 | R$68.475.730,97 | R$1.602.539.822,59 | R$3.126.066.745,57 | 34,83% |
| Restos a Pagar Processados | R$567.523.107,93 | R$288.564.588,81 | R$84.639.809,90 | R$194.318.709,22 | 65,76% |
| **Total** | **R$5.364.605.407,06** | **R$357.040.319,78** | **R$1.687.179.632,49** | **R$3.320.385.454,79** | **38,11%** |

Fonte SIAFI.

Conforme quadro acima, o Ministério executou e pagou até o 3º trimestre de 2021 cerca de 38,1% dos restos a pagar inscritos, podendo passar para o exercício de 2021 um saldo a pagar de até R$ 3.320,39 bilhões.

***Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais***

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Seguem alguns apontamentos essenciais para a análise do demonstrativo:

1. **Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções**

A transição de sistema patrimonial do Ministério ocorreu recentemente e os bens imobilizados não foram reavaliados e, portanto, não houve redução ao valor recuperável. No momento em que esses bens forem reavaliados, caso os valores contábeis registrados estejam acima do valor recuperável, serão feitos os lançamentos de redução do valor.

1. **Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação**

O ministério não realizou para 2021 provisionamento para gastos com reestruturações (21791.02.00 – Provisão para Reestruturação) e, portanto, também não foi realizado qualquer lançamento de baixa nessa conta.

1. **Unidades operacionais descontinuadas**

No terceiro trimestre de 2021 foi inativada as seguintes Unidades Gestoras no SIAFI:

550017 II PROJETO DE APOIO AO PBF E AO CNDS e 550019 II PROJETO DE APOIO AO PBF E CNDS – DOLAR, ambas inativadas em 12/08/2021.

1. **Constituição ou reversão de provisões**

Com exceção das provisões trabalhistas, o Ministério da Cidadania possui provisões para sentenças judiciais no curto e no longo prazo, para serviços de terceiros no longo prazo e para pagamentos judiciais do auxílio emergencial no curto prazo. Houve alguns pagamentos de requisições de pequenos valores gerando um ganho com desincorporação de passivos.

Todavia, conforme elencado na Nota Explicativa nº 13 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens do Balanço Patrimonial, está sendo verificada a possibilidade de atualização ou exclusão da provisão para serviços de terceiros.

Em agosto e setembro houveram constituições e reversões de provisões, respectivamente nos montantes de R$ 1.393.637.279,11 e R$ 139.538.696,72, referentes ajustes no controle de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

**Nota Explicativa nº 21 – Resultado Patrimonial**

O Resultado Patrimonial consiste na diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, decorrente de incorporações de ativos e desincorporações de passivos, e as Variações Patrimoniais Diminutivas, decorrentes de desincorporações de ativos e incorporações de passivos.

No terceiro trimestre de 2021, o Resultado Patrimonial foi deficitário em R$ 71.388.256.652,65, resultado este que também se encontra espelhado nos Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial.

Em relação ao mesmo trimestre de 2020, há uma diferença de mais de 120 bilhões. Isso se deve principalmente ao fato de que o decréscimo nas Transferências Intragovernamentais Recebidas ter sido maior do que o decréscimo nas Transferências Intragovernamentais Concedidas.

**Nota Explicativa nº 22 – Variações Patrimoniais Aumentativas**

Segue abaixo tabela com a Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.

***Tabela nº 12 – Composição detalhada das Variações Patrimoniais Aumentativas***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição VPAs** | **set/21** | **set/20** | **Diferença** | **AH** | **AV de 2021** |
| **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** | **R$2.579,60** | **R$18.151,30** | **-R$15.571,70** | **-85,79%** | **0,00%** |
| **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** | **R$92.321.366,64** | **R$304.504.240,20** | **-R$212.182.873,56** | **-69,68%** | **0,03%** |
| Juros e Encargos de Mora | R$2.956.911,06 | R$173.553.491,16 | -R$170.596.580,10 | -98,30% | 0,00% |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | R$89.300.814,89 | R$130.904.644,62 | -R$41.603.829,73 | -31,78% | 0,03% |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | R$63.640,69 | R$46.104,42 | R$17.536,27 | 38,04% | 0,00% |
| **Transferências e Delegações Recebidas** | **R$245.893.556.586,96** | **R$604.983.962.230,35** | **-R$359.090.405.643,39** | **-59,36%** | **81,06%** |
| Transferências Intragovernamentais | R$245.893.538.989,82 | R$604.983.184.488,08 | -R$359.089.645.498,26 | -59,36% | 81,06% |
| Transferências do Exterior | R$0,00 | R$89.510,40 | -R$89.510,40 | -100,00% | 0,00% |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | R$17.597,14 | R$688.231,87 | -R$670.634,73 | -97,44% | 0,00% |
| **Variações e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** | **R$51.782.739.452,67** | **R$47.921.045.797,62** | **R$3.861.693.655,05** | **8,06%** | **17,07%** |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | R$50.270.467.859,79 | R$46.889.682.276,72 | R$3.380.785.583,07 | 7,21% | 16,57% |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | R$1.512.271.592,88 | R$1.031.363.520,90 | R$480.908.071,98 | 46,63% | 0,50% |
| **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** | **R$5.565.198.249,67** | **R$503.709.833,98** | **R$5.061.488.415,69** | **1004,84%** | **1,83%** |
| Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas | R$139.538.772,00 | R$20.636.955,81 | R$118.901.816,19 | 576,16% | 0,05% |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | R$5.425.659.477,67 | R$483.072.878,17 | R$4.942.586.599,50 | 1023,16% | 1,79% |
| **TOTAL** | **R$303.333.818.235,54** | **R$653.713.240.253,45** | **-R$350.379.422.017,91** |  |  |

Fonte SIAFI.

Considerando a Análise Vertical, pode-se observar que no exercício de 2021, mais de 81% do total das Variações Patrimonial Aumentativas se referem a Transferências Intragovernamentais Recebidas. Essas transferências são compostas pelos saldos das contas de Cota, repasse e Sub-Repasse já citadas na Nota Explicativa nº 15 - Ingressos Financeiros e pelas Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária para Pagamento de Restos a Pagar.

No terceiro trimestre de 2021, houve variação positiva em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior apenas nos grupos “Variações e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos” e em “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”. Sendo no primeiro grupo em virtude de pagamentos efetuados por meio dos Termos de Execução Descentralizada 1AADWW, 696851 e 699524 firmados entre o Ministério da Cidadania e o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. Ao efetuar o pagamento, é impactada a conta 11382.38.00 – ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA. No segundo grupo, houve um aumento de mais de 1000% em “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” decorrente quase que exclusivamente de devoluções efetuadas a título de pagamentos indevidos do Auxílio Emergencial. Apesar do grande aumento, o impacto no total de Variações Patrimoniais Aumentativas foi de apenas 1,79%.

**Nota Explicativa nº 23 – Variações Patrimoniais Diminutivas**

Segue abaixo tabela com a Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas.

***Tabela nº 13 – Composição detalhada das Variações Patrimoniais Diminutivas***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição VPDs** | **set/21** | **set/20** | **Diferença** | **AH** | **AV de 2021** |
| **Pessoal e Encargos** | **R$185.287.100,63** | **R$228.110.235,21** | **-R$42.823.134,58** | **-18,77%** | **0,05%** |
| Remuneração a Pessoal | R$86.979.555,01 | R$113.495.645,58 | -R$26.516.090,57 | -23,36% | 0,02% |
| Encargos Patronais | R$13.598.866,31 | R$17.505.289,68 | -R$3.906.423,37 | -22,32% | 0,00% |
| Benefícios a Pessoal | R$6.465.195,47 | R$9.861.601,07 | -R$3.396.405,60 | -34,44% | 0,00% |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | R$78.243.483,84 | R$87.247.698,88 | -R$9.004.215,04 | -10,32% | 0,02% |
| **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** | **R$67.356.494.884,34** | **R$247.563.232.767,52** | **-R$180.206.737.883,18** | **-72,79%** | **17,98%** |
| Aposentadorias e Reformas | R$91.600.968,93 | R$76.199.441,07 | R$15.401.527,86 | 20,21% | 0,02% |
| Pensões | R$597.716,82 | R$4.749.307,44 | -R$4.151.590,62 | -87,41% | 0,00% |
| Benefícios Eventuais | R$52.139.834.394,52 | R$236.681.538.742,06 | -R$184.541.704.347,54 | -77,97% | 13,91% |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda | R$14.934.663.038,00 | R$10.741.575.154,08 | R$4.193.087.883,92 | 39,04% | 3,99% |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | R$189.798.766,07 | R$59.170.122,87 | R$130.628.643,20 | 220,77% | 0,05% |
| **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** | **R$1.316.662.844,18** | **R$1.078.514.389,99** | **R$238.148.454,19** | **22,08%** | **0,35%** |
| Uso de Material de Consumo | R$16.745.256,02 | R$351.484,30 | R$16.393.771,72 | 4664,15% | 0,00% |
| Serviços | R$1.292.798.661,00 | R$1.070.824.891,78 | R$221.973.769,22 | 20,73% | 0,35% |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | R$7.118.927,16 | R$7.338.013,91 | -R$219.086,75 | -2,99% | 0,00% |
| **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** | **R$38.607,33** | **R$8.516,51** | **R$30.090,82** | **353,32%** | **0,00%** |
| Juros e Encargos de Mora | R$1.937,95 | R$1.023,33 | R$914,62 | 89,38% | 0,00% |
| Descontos Financeiros Concedidos | R$36.669,38 | R$7.493,18 | R$29.176,20 | 389,37% | 0,00% |
| **Transferências e Delegações Concedidas** | **R$183.319.065.158,37** | **R$354.872.657.179,62** | **-R$171.553.592.021,25** | **-48,34%** | **48,92%** |
| Transferências Intragovernamentais | R$181.666.286.421,36 | R$350.190.348.496,67 | -R$168.524.062.075,31 | -48,12% | 48,48% |
| Transferências Intergovernamentais | R$1.647.136.839,81 | R$4.611.292.143,21 | -R$2.964.155.303,40 | -64,28% | 0,44% |
| Transferências ao Exterior | R$2.688.290,93 | R$1.636.955,53 | R$1.051.335,40 | 64,23% | 0,00% |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | R$2.953.606,27 | R$69.379.584,21 | -R$66.425.977,94 | -95,74% | 0,00% |
| **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** | **R$121.149.712.219,11** | **R$630.141.680,80** | **R$120.519.570.538,31** | **19125,79%** | **32,33%** |
| Perdas Involuntárias | R$232.292,56 | R$0,00 | R$232.292,56 | - | 0,00% |
| Incorporação de Passivos | R$364,42 | R$25.670.143,41 | -R$25.669.778,99 | -99,99% | 0,00% |
| Desincorporação de Ativos | R$121.149.479.562,13 | R$604.471.537,39 | R$120.545.008.024,74 | 19942,21% | 32,33% |
| **Tributárias** | **R$201.304,59** | **R$248.013,48** | **-R$46.708,89** | **-18,83%** | **0,00%** |
| Contribuições | R$201.304,59 | R$248.013,48 | -R$46.708,89 | -18,83% | 0,00% |
| **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** | **R$1.394.612.769,64** | **R$564.873.343,78** | **R$829.739.425,86** | **146,89%** | **0,37%** |
| Premiações | R$0,00 | R$600.000,00 | -R$600.000,00 | -100,00% | 0,00% |
| Incentivos | R$22.322,13 | R$162.217,30 | -R$139.895,17 | -86,24% | 0,00% |
| Constituição de Provisões | R$1.394.584.189,70 | R$564.075.545,64 | R$830.508.644,06 | 147,23% | 0,37% |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | R$6.257,81 | R$35.580,84 | -R$29.323,03 | -82,41% | 0,00% |
| **TOTAL** | **R$374.722.074.888,19** | **R$604.937.786.126,91** | **-R$230.215.711.238,72** |  |  |

Fonte SIAFI.

Considerando a Análise Vertical, pode-se observar que no exercício de 2021, mais de 48% do montante das Variações Patrimoniais Diminutivas correspondem a Transferências Intragovernamentais Concedidas. Da mesma forma que nas VPAs, esse grupo de contas é composto pelos Repasses e Sub-Repasses Concedidos bem como pelas Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária para Pagamento de Restos a Pagar.

Já no grupo “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, mais especificamente em “Desincorporação de Ativos” houve um aumento de quase 2000% em relação ao exercício anterior devido à comprovação dos montantes de R$ 58.574.201.628,98 e R$ 61.443.451.841,06 repassados, respectivamente, aos Termos de Execução Descentralizada nº 696851 e 699524. Ainda nesse grupo de contas houve a desincorporação de ativos lançados na conta de “Obras em Andamento” referente a obras do Jogos Pan Americanos 2007, benfeitorias realizadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Contrato Administrativo nº 15/2015. Esta Obras foram citadas na Nota Explicativa nº 10 – Imobilizado.

***Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa***

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

No âmbito do Ministério da Cidadania só existem saldos referente a Caixa e Equivalente de Caixas nas contas 1.1.1.1.2.20.01 – Limite de Saque com Vinculação de Pagto – OFSS e 1.1.1.1.2.20.03 – Limite de Saque com Vinculação Pagto – Ordem Pagto – OFSS conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 6 - Caixa e equivalentes de caixa.

Segue abaixo quadro resumido com os valores por tipo de Fluxo.

***Tabela nº 14 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | set/21 | AV |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | -R$537.060.698,79 | 93,70% |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | -R$36.088.341,82 | 6,30% |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | R$0,00 | 0,00% |
| **Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **-R$573.149.040,61** | **100,00%** |

Fonte SIAFI.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa equivale ao Resultado Financeiro apresenta na Nota Explicativa nº 17 - Resultado Financeiro. E os saldos final e inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa coincide com os saldos trazidos no Balanço Patrimonial.

**Nota Explicativa nº 24 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais corresponde à diferença entre Ingresso e Desembolsos Orçamentários e Extraorçamentários destinados às atividades operacionais do órgão.

No Ministério da Cidadania no terceiro trimestre de 2021, esse fluxo foi deficitário em R$ 537.060.698,79 e corresponde a mais de 93% da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Isso demonstra que o ministério tem atuado com necessidades de pagamentos maiores do que o ingresso de recursos em virtude da situação econômica e na grande demanda de pagamentos do Auxílio Emergencial.

**Nota Explicativa nº 25 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

No terceiro de 2021 o Ministério da Cidadania não teve movimentação de caixa para atividades de financiamento, o que indica não ter havido alteração no capital próprio nem no endividamento do órgão por meio de empréstimos.

O Ministério não necessitou de obtenção de linhas de crédito para financiar futuras atividades operacionais ou para satisfazer compromisso de capital.